

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO NAS VISÕES DE
CAIO PRADO JÚNIOR, CELSO FURTADO E
FERNANDO NOVAIS**

MARCELO CRETON DE ALMEIDA
matrícula nº: 112093947

ORIENTADOR: Prof. Wilson Vieira

BANCA EXAMINADORA: Prof.^a Maria Mello de Malta e
Prof. Almir Pita Freitas Filho

DEZEMBRO 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO NAS VISÕES DE
CAIO PRADO JÚNIOR, CELSO FURTADO E
FERNANDO NOVAIS**

MARCELO CRETON DE ALMEIDA
matrícula nº: 112093947

ORIENTADOR: Prof. Wilson Vieira

BANCA EXAMINADORA: Prof.^a Maria Mello de Malta e
Prof. Almir Pita Freitas Filho

DEZEMBRO 2016

PROJETO DE GRADUAÇÃO SUBMETIDO AO CORPO DOCENTE DO CURSO DE
CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.

Examinado por:

Prof. Wilson Vieira, D.Sc.

Prof.^a Maria Mello Malta, D.Sc.

Prof. Almir Pita Freitas Filho, D.Sc.

RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL

DEZEMBRO 2016

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor

Dedico este trabalho aos familiares, amigos, orientador acadêmico e toda comunidade do Instituto de Economia da UFRJ.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me possibilitar chegar até aqui, de maneira especial como um novo recomeço pessoal. A meus familiares: pai, mãe, irmão, cunhada e filho, bem como a meus queridos amigos. Estendo este agradecimento de maneira particular ao professor Wilson Vieira pela atenção dispensada na elaboração deste trabalho, a quem não poupo elogios por sua dedicação e paciência ao me conduzir por meio de palavras e ideias durante esta etapa final da graduação.

RESUMO

O presente trabalho busca apresentar a controversa questão sobre o sentido da colonização do Brasil em três distintas, porém convergentes, perspectivas: Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Fernando Antônio Novais. Ainda que de formações acadêmicas distintas (historiadores e economista), os autores chegam a elementos comuns que permitem traçar um panorama com segurança dos traços capitalistas na configuração da sociedade brasileira ao longo de sua história.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I- O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO NA VISÃO DE CAIO PRADO JUNIOR.....09

I.1 DIAGNÓSTICO TERRITORIAL E CULTURAL NA COLÔNIA E METRÓPOLE.....10

I.2 COMÉRCIO E COLONIZAÇÃO.....12

I.3 CONSEQUÊNCIAS NO NORDESTE E NORTE.....19

I.4 ÁPICE DO PERÍODO COLONIAL.....21

CAPÍTULO II- O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO NA VISÃO DE CELSON FURTADO.....23

II.1 EXPANSÃO COMERCIAL, EMPRESA AGRÍCOLA, RAZÕES DO MONOPÓLIO E
DESARTICULAÇÃO DO SISTEMA.....24

II.2 CAPITALIZAÇÃO, NÍVEL E FLUXO DE RENDA, E FORMAÇÃO DO COMPLEXO
ECONÔMICO NORDESTINO DA ECONOMIA ESCRAVISTA DE AGRICULTURA TROPICAL
DOS SÉCULOS XVI E XVII.....32

II.3 POVOAMENTO, FLUXO DE RENDA E ARTICULAÇÃO DA ECONOMIA ESCRAVISTA
MINEIRA.....36

CAPÍTULO III- O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO NA VISÃO DE FERNANDO NOVAIS.....38

III.1 A CRISE DO ANTIGO SISTEMA COLONIAL.....38

III.2 O MONOPÓLIO COLONIAL.....41

III.3 CONSTITUIÇÃO DO ESCRAVISMO COLONIAL.....44

III.4 O “EXCLUSIVO” METROPOLITANO DO COMÉRCIO COLONIAL.....46

CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INTRODUÇÃO

O Sentido da Colonização do Brasil é um tema controverso que começou a gerar, no início do século XX, grandes debates acerca do modo como se relacionava a Metrópole com sua Colônia, suas intenções e, sobretudo, em quais moldes a mesma se deu: feudalismo, mercantilismo, etc. Neste período, ocorre uma espécie de redescobrimto da identidade nacional, no qual se buscam as raízes do processo de desenvolvimento que determinou o caráter da economia nacional. Dentre as literaturas que abordaram esse tipo de conteúdo, encontramos como autores das mesmas Roberto C. Simonsen, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, dentre outros; mas será com Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Fernando Antônio Novais que a dúvida sobre o norte dado pelo período colonial será resolvida com o apontamento para o capitalismo nascente imposto pelos europeus em seu conjunto.

Dada a histórica posição do Brasil no cenário mundial – totalmente vinculada à agricultura e sem qualquer tipo de expressão que pudesse ensejar uma mudança significativa de cunho tecnológico como ocorrera na Europa noutros tempos (Revolução Industrial, etc.) –, era de se esperar que o caminhar ao longo dos 400 anos de existência pudesse ser enquadrado numa dinâmica feudal; porém, poucos se arriscaram a defender a tese feudal e seus argumentos não estavam embasados em proposições sólidas que comprovassem a veracidade de suas suposições. Como exemplo, temos a interpretação feudal do sociólogo e jurista Oliveira Vianna (1883-1951) e as críticas a seu trabalho:

“Os críticos de Oliveira Vianna, além de apontarem o forte conteúdo racista e aristocrático presente em suas ideias, enquadrando-o como um dos representantes do pensamento autoritário no Brasil, destacam a ausência de informações científicas e teóricas e o uso exclusivo da imaginação, deformando, desse modo, os fatos históricos. Estas distorções, no entanto, teriam, para Dante Moreira Leite, um real significado: o de apontar para o fato de que o Brasil, nos agitados anos 20 e 30, precisava de um governo forte, autoritário, que colocasse “ordem” na casa”. (FREITAS FILHO, Almir Pita. A historiografia sobre a formação econômica do Brasil e a problemática do modo de produção escravista colonial: notas de aula, p. 5).

Negando haver existido no Brasil uma realidade histórica em moldes feudais nos quais a Europa atravessara outrora, os três autores destacados buscaram, em uma análise profunda do passado colonial, identificar elementos que pudessem dar razões ao panorama atual do

país, permitindo entender as diversas relações sociais, econômicas, políticas e até mesmo culturais existentes, de sorte que o resultado deste trabalho não apenas lograsse a compreensão do passado desta nação, mas também a orientação e o planejamento do futuro. Elementos como monocultura, escravidão, extração de metais preciosos, comércio, etc., irão ditar o rumo da história brasileira e forjarão a identidade nacional pautada em cima do capitalismo nascente na Europa e imposto às colônias, de sorte que as últimas sustentassem os ciclos de prosperidade e de crise que este sistema global tradicionalmente impõe aos que a ele aderem ou não.

O fato de recorrer ao passado para pensar, propor um futuro, faz com que a leitura desses pensadores mostre o caminho necessário às reformas estruturais não apenas no planejamento de uma política econômica viável em prol do desenvolvimento do Brasil, mas também na superação de uma tradicional cultura de subdesenvolvimento que estava arraigada nos mais de trezentos anos de submissão aos ditames europeus. A busca pela industrialização e expansão do mercado interno era uma tarefa árdua ante um país dominado por latifúndios de mentalidade agrário-exportadora que obstaculizavam a modernização em prol do prosseguimento de uma diversificação da estrutura produtiva do país, que amarrava os mais pobres numa cadeia de economia de subsistência, na contramão da tendência mundial. Somado a isto, os mesmos pensadores neste trabalho enfatizaram em seus escritos a mão-de-obra escrava que serviu de combustível para alimentar este motor econômico que movia o comércio europeu e multiplicava os lucros da burguesia e da realeza que invadiram esta terra não para povoá-la ou trazer a prosperidade, mas para a exploração predatória levada às últimas consequências, deixando marcas profundas até os dias atuais, uma vez que, apesar de conseguida a autonomia e soberania nacional, ainda há uma forte e duradoura dependência da herança deixada pelos colonizadores.

CAPÍTULO I- O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO NA VISÃO DE CAIO PRADO JUNIOR¹

Caio Prado Júnior, pensador marxista e militante do Partido Comunista do Brasil, tem um perfil coerente e independente com relação às suas posições, usando suas raízes políticas como ferramenta para a construção de um pensamento que confrontava com as teorias dominantes em sua época, abstraindo-se de posturas dogmáticas vigentes e tornando-se pioneiro na análise marxista da formação econômica e social do Brasil, em particular da transição do período colonial para o de nação independente; evidentemente, esta transição não se deu por um processo natural, mas foi fruto de ambições típicas do período mercantilista que adentraram no país com um viés comercial e, partindo exclusivamente disto, moldaram toda estrutura nativa vigente para alcançar seus objetivos. É neste sentido que o autor se aproxima de duas grandes figuras intelectuais da época que fizeram história: Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, chamados de *Demiurgos do Brasil** por Antônio Cândido, os quais buscaram reconstruir a identidade nacional diante do passado colonial dissecado em suas dimensões não apenas políticas e econômicas, mas também sociais e geográficas; desta maneira surgiu a necessidade de se aprofundar período colonial brasileiro para entender a formação do Brasil contemporâneo.

O autor analisa a conjuntura brasileira tendo como pano de fundo a dialética que relaciona a colonização do Brasil com o *modus operandi* de sua colonização, traçando uma completa relação entre teoria e história; nesta linha de pensamento, o fenômeno não apenas consegue explicar suas próprias manifestações, mas, sobretudo, é explicado por elas próprias, tendo uma única realidade manifestada e esclarecida em dois movimentos distintos e simultâneos. Assim, o sentido da colonização tem sua primeira manifestação já no povoamento destas terras, que desequilibraria tanto a vertente cultural em relação aos nativos, quanto a estabilidade entre litoral e interior ao promover a atividade agrícola. Para ele, o processo de colonização do Brasil é a marca cultural e social da estrutura dos dias atuais, fortemente influenciada pelo mercantilismo vivido a partir do século XV, que levou a

¹ Os parágrafos seguintes se baseiam largamente em Prado Jr. (2000 e 1986), salvo citações e indicações em contrário.

* Demiurgo: aquele que trabalha para o povo.

burguesia lusitana a canalizar seus esforços comerciais em direção ao mercado externo para que seus lucros fossem aumentados, tendo como apoio a metrópole portuguesa.

“Assim ficam contemplados os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial: grande propriedade, monocultura e trabalho escravo. Caio Prado enfatiza a conjugação desses elementos numa mesma unidade produtora: isso tipifica a grande exploração rural” (RÊGO, 2000, p. 40).

I.1 DIAGNÓSTICO TERRITORIAL E CULTURAL NA COLÔNIA E METRÓPOLE

Antes de tratar diretamente do período colonial brasileiro e suas implicações, Caio Prado Júnior tem um duplo cuidado em situar este assunto de tal forma que haja conexão entre fatos e situações que ocorriam simultaneamente tanto na metrópole quanto na colônia; para o autor, os fatos antecedentes e seu contexto são tão importantes quanto os acontecimentos em si. Se por um lado não é possível esquecer toda movimentação política e econômica que vivia a Europa – de maneira particular, Portugal – por outro é importante o destaque das condições naturais encontradas no Brasil pelos colonizadores, para que ambos possam contextualizar o sentido da colonização:

“No alvorecer do século XV, a história portuguesa muda de rumo. Integrado nas fronteiras geográficas naturais que seriam definitivamente as suas, constituído territorialmente o Reino, Portugal se vai transformar num país marítimo...não tardará, com suas empresas e conquistas no ultramar, em se tornar uma grande potência colonial”. (PRADO JR., 2000, p. 8).

Os nativos encontrados na *Ilha de Vera Cruz* pouco se pareciam aos habitantes encontrados pelos espanhóis quando chegaram no século XV nas terras mexicanas e andinas. O indígena brasileiro, de hábitos mais silvestres e com uma cultura completamente distinta das demais civilizações, foi fator determinante na maneira como Portugal deveria intervir para que a colônia pudesse ser explorada; em alguns lugares – principalmente no litoral – esta população seria essencial para o processo de ocupação, mas por outro lado se tornaria um entrave posteriormente, quando na empreitada de adentrar ao interior do país. Este fator teve como consequência a dependência de mão-de-obra escrava bem como a quase dizimação da população nativa por parte da metrópole, que impunha condições de trabalho completamente alheias ao habitat natural dos nativos desta terra. A fertilidade propícia ao cultivo de gêneros tropicais encontrados no Brasil o tornaria atrativo para a futura base econômica que Portugal

aqui fundaria, ainda que num primeiro momento isto não fosse o objetivo dos colonizadores em geral.

Já no “Velho Continente”, o momento internacional conduzia o tímido comércio europeu limitado pela navegação costeira até o século XIV e passa a almejar novas rotas por meio de uma expansão ultramarina. Geograficamente melhor posicionado no extremo da península, Portugal se lança como pioneiro numa empreitada na contramão dos seus concorrentes – Holanda, Inglaterra e França exploram a via marítima recém descoberta que contorna o ocidente europeu – que é chegar ao Oriente circundando a África para tomar contato direto com as Índias e comercializar especiarias, pedras preciosas e madeiras sem a necessidade de submeter-se aos impostos que enriqueciam os italianos pelo Mediterrâneo. Os espanhóis, por sua vez e em seguida, traçam o mesmo objetivo, mas por uma via distinta ao optar por navegarem pelo Ocidente; com isto, chegam primeiro à América. Tal façanha dividiria as potências europeias; enquanto França, Inglaterra e Holanda se lançam rumo às navegações que chegariam à América, outros países preferiram conservar suas posições no antigo sistema comercial terrestre e mediterrâneo, como é o caso da Itália. Desta maneira, Caio Prado Júnior vincula os acontecimentos que são chamados de “Descobrimientos” ao processo constituinte do desenvolvimento do comércio europeu e associa a imagem dos colonizadores à de *traficantes*, afastando-se a ideia inicial de “povoamento” que só ocorreria mais tarde, dada a dificuldade em formar colônias de povoamento num território primitivo e vazio no momento em que a Europa ainda se recuperava demograficamente das baixas causadas pelas guerras e, principalmente, pela *peste negra* que dizimou boa parte da população naquele continente; na verdade, os “olhos” dos europeus estavam voltados para o Oriente, fonte de objetos mercantis que alimentavam a Europa: “*É sempre como traficantes que os vários povos da Europa abordarão cada uma daquelas empresas que lhes proporcionarão sua iniciativa, seus esforços*” (PRADO JR., 2000, p. 13)

A despeito de não conseguirem no início encontrar ouro para enviá-lo ao continente europeu como fizeram os espanhóis, os lusitanos não tiveram outra saída senão conduzir a forma de exploração colonial pela via agrária, subjugando-a a latifúndios. Tal passo, de certa forma fez com que o modelo de capitânicas hereditárias utilizado pelos portugueses nas ilhas atlânticas fosse aqui adotado, quando a propriedade da terra era entregue a quem dela pudesse aproveitar de maneira individual, em moldes semelhantes ao feudalismo, mas de cunho completamente diferente e do qual se afastaram para dedicarem-se à atividade comercial; o

regresso ao cultivo da terra traz consigo outros hábitos antigos e indispensáveis, como a necessidade de gado e a mão-de-obra escrava para o trabalho.

Um dos fatores marcantes que influenciaram o peculiar processo de colonização brasileiro foi o tipo de matéria-prima aqui encontrada num primeiro momento. Enquanto os espanhóis lograram lucrar com a exploração de metais preciosos em suas colônias logo no início do descobrimento das mesmas, Portugal não obteve a mesma “sorte” e apenas a extração da madeira – pau-brasil – acabou por ser realizada; tal empreitada rapidamente devastou o litoral brasileiro e em 1530 este produto estava praticamente dizimado, enquanto que a Espanha inundava a Europa com o ouro retirado de suas colônias americanas. Desta maneira, a colônia portuguesa não apresentava nenhum atrativo que justificasse maiores investimentos, mesmo porque os portugueses pouco contavam com recursos para aplicarem no Brasil, enquanto que os espanhóis, no quesito financeiro, eram muito superiores aos vizinhos lusitanos.

I.2 COMÉRCIO E COLONIZAÇÃO

A descoberta de novas terras na América não trazia em sua origem um sentido de povoamento. A extração de produtos naturais, principalmente a descoberta do ouro, sem a necessidade de recorrer à agricultura, era o desejo mais profundo dos colonizadores, ainda sem imaginar que esta última seria a base econômica mais estável dos territórios conquistados. Enquanto que Portugal se ocupou da extração de madeira no mesmo período, a Espanha logrou encontrar metais preciosos logo no primeiro momento das descobertas, levando-a à ilusão que encontrara uma fonte quase inesgotável e assim a agricultura deixou por pouco de compor seus planos:

“Os metais, que a imaginação escaldante dos primeiros exploradores pensava encontrar em qualquer território novo, esperança reforçada pelas prematuras descobertas castelhanas, não se revelaram tão disseminados como se esperava...Viria depois, em substituição, uma base econômica mais estável, mais ampla: seria a agricultura” (PRADO JR., 2000, p. 14)

Dentro do território propriamente brasileiro, a opção pelo litoral foi tomada desde o princípio – principalmente no Nordeste – com a penetração na região amazônica pelos rios, onde se ia povoando. Desta maneira, o Brasil tem sua formação econômica e territorial baseada num contexto internacional, dado que neste período a Europa passava por grandes

mudanças nos eixos comerciais que tornavam Inglaterra, Holanda, Portugal e Espanha grandes potências mercantis. Os lusitanos, geograficamente privilegiados por se situarem na zona ocidental da Península Ibérica, em lugar de investir nas oportunidades comerciais já conhecidas em seu continente, partem para a aventura de encontrar um novo caminho que pudesse escapar da concorrência que existia nas rotas comerciais do Mar do Mediterrâneo; o uso do contorno pela África para chegar às Índias, escapar dos altos impostos alfandegários dominados pelos italianos e dar novos rumos ao comércio das especiarias era um sonho a ser realizado. A atratividade das Índias era muito maior que a descoberta de novas terras para o investimento em agricultura no início do século XVI, fato que fez com que Portugal tardasse trinta anos na extração de pau-brasil antes de preocupar-se com o povoamento da colônia para explorar suas terras.

Como primeiro item a ser explorado na colônia portuguesa, o pau-brasil passou a ser comercializado num primeiro momento por Fernando de Noronha em 1501, mas logo em seguida – três anos depois – foi decretado como produto da realeza portuguesa. As características da extração do mesmo eram peculiares, dado que se encontrava disperso por grandes extensões do território, impossibilitando a criação de colônias de povoamento; com isto, fortes foram construídos numa estrutura provisória para a defesa contra indígenas, ameaças estrangeiras e serviam ao fim como depósitos antes do embarque da madeira, sendo finalmente abandonados. Assim, a extração de pau-brasil não possibilitou a formação de núcleos de povoamento devido ao seu caráter itinerante e provisório, efeito que não aconteceria na futura indústria açucareira a formar-se em solo brasileiro.

Um dos grandes desafios tanto de Portugal quanto de Espanha era como se daria a ocupação e o povoamento das terras conquistadas; se por um lado os atrativos financeiros e as possibilidades de recomeçar a vida são fatores fundamentais para os imigrantes, por outro a questão climática – zona tropical *versus* zona temperada – não deixam de ser importantes. Muito se falou da falta de capacidade do europeu em viver em clima tropical; pese isto ser verdade, há outros motivos que acabaram por afastá-lo e é neste ambiente que surgem os critérios discriminatórios que o leva a não escolher os trópicos quando sabe que se tornaria um dirigente sem mão-de-obra para trabalhar em suas novas terras; como não era possível dar tais garantias que estes fatores não aconteceriam, este tipo de imigração para o Brasil não sucedeu:

“São trópicos brutos e indevassados que se apresenta, uma natureza hostil e amesquinhadora do Homem, semeada de obstáculos imprevisíveis sem conta para que

o colono europeu não estava preparado e contra que não contava com nenhuma defesa” (PRADO JR., 2000, p. 14).

Neste período, Portugal sofre grandes pressões com as invasões francesas nas suas terras na América que ameaçavam a perda de parte do mesmo caso se concretizassem; havia, então, a necessidade de povoar para justificar sua presença na colônia, mesmo que naquele momento o Brasil não apresentasse interesse econômico viável. É então que o sistema de Capitânicas Hereditárias é lançado como solução para o incentivo de ocupação das terras brasileiras, uma vez que a baixa densidade demográfica portuguesa não proporcionava interesse para a emigração; tal sistema traz consigo a figura dos *capitães donatários*, que nada mais eram que pessoas com baixa expressão tanto econômica quanto socialmente no reino, mas com um capital razoável para adentrar ao processo de colonização. Uma grande parte do montante financeiro que se utilizou na colonização era oriundo de banqueiros judeus portugueses e holandeses. Das capitânicas fundadas, apenas duas lograram a prosperidade: São Vicente e Pernambuco.

Para Caio Prado Júnior, o sistema agrário implantado no Brasil é o mesmo outrora feito nos trópicos e tinha por base a exploração agrícola extensiva que, conjugada ao trabalho assalariado (minoritário) e escravo, levava a mão de obra a constante subordinação ao senhor do engenho que, por sua vez, concentrava em suas mãos a renda e assim impedia o nascimento de uma economia interna; ao corromper a circulação monetária interna, as características de liberdade, autonomia e soberania falhavam, e assim a constituição de uma nacionalidade não seria possível. Os colonizadores não vieram com o intuito de aqui se estabelecerem e formar uma nova sociedade, mas sim de colocarem em marcha a monocultura aplicada nas grandes propriedades – na qual a pequena propriedade jamais foi encaixada neste sistema – cuja produção seria sustentada pelo trabalho escravo, e isto amarrou o mercado interno da colônia de tal forma que não houve possibilidade de se viver independentemente do comércio externo e suas exigências.

O processo de colonização, com seu viés comercial por natureza, buscava encontrar soluções que aproveitassem as vantagens dadas pelo território conquistado; neste sentido, a cana-de-açúcar aparece como produto completamente adaptável às condições climáticas, aliado às necessidades do mercado europeu naquele momento. Mas os fatores para o cultivo do açúcar não dependiam apenas do solo fértil ou da necessidade da Europa em contar com este produto; era preciso grande quantidade de mão-de-obra (que não era abundante) e com capital razoavelmente alto para investimentos. Com a Europa ainda se recuperando dos efeitos

da peste negra e das guerras sofridas que reduziram a população consideravelmente nos anos anteriores – somados à pouca atratividade para a imigração – foi então que a população indígena aparece como opção imediata para dar início à indústria açucareira nos locais que não podiam arcar com os custos da aquisição de escravos – como foi o caso da capitania de São Vicente; assim, os Bandeirantes se lançam pelo interior do Brasil na caça aos indígenas com o objetivo de capturá-los e escravizá-los. Caio Prado Júnior ressalta que a mão-de-obra indígena tinha, por natureza, dificuldades para se adaptar ao estilo de trabalho imposto pelos portugueses:

"Além da resistência que ofereceu ao trabalho, o índio se mostrou mau trabalhador, de pouca resistência física e eficiência mínima. Nunca teria sido capaz de dar conta de uma tarefa colonizadora de larga escala. Está aí o exemplo da Amazônia, onde não chegou a ser substituído em escala apreciável por outro trabalhador e onde, em grande parte por isso, a colonização estagnou até quase nossos dias. É que de um lado, o índio brasileiro, saindo de uma cultura tão primitiva, não podia adaptar-se com a necessária rapidez ao sistema e padrões de uma cultura tão superior quanto aquela que lhe traziam os brancos." (PRADO JR., 1986, p. 35).

Ao fazer uso do trabalho escravo, automaticamente segue-se um mercado interno fechado pela via da concentração de renda, direcionando seus esforços ao comércio exterior e uma vez mais adiciona um ingrediente ao subdesenvolvimento, dando início a uma pequena parcela de homens que eram senhores de toda a riqueza e de grandes propriedades de terra e, por outro lado, uma enorme massa de trabalhadores assalariados ou escravos que serviam todo o tempo ao sistema mercantil imposto pela Coroa portuguesa. A falta de mão-de-obra qualificada, ao passo que impactava negativamente a produção por falta de ritmo dos mesmos às jornadas de trabalho intensas que o capitalismo nascente ditava, por outro lado permitia que a renda não chegasse nas mãos dos escravos e muito menos circulassem no mercado interno da colônia, permanecendo concentradas nas mãos da burguesia local que comerciava com a Europa.

Em torno do cultivo da cana-de-açúcar formou-se um tipo de pequena propriedade rural semelhante às existentes na Europa, que aqui viria a ser uma espécie de classe média rural; isto torna-se fundamental pois a atividade açucareira, como qualquer outra atividade mercantil, não sobrevive sem um setor de subsistência que forneça gêneros de consumo. Sua constituição era basicamente familiar e em geral detinha a posse de escravos para que a agricultura fosse levada adiante, tendo o sistema de policultura como base. Por ser um setor de subsistência, outros produtos eram cultivados para o sustento das famílias; a pecuária, que futuramente teria papel fundamental na ocupação do território, neste instante é limitada como

acessório para este tipo de economia de subsistência. Dado o elevado preço do açúcar no início da empreitada portuguesa nas terras coloniais, pouco incentivo havia para que o setor secundário pudesse prosperar dentro das próprias terras onde eram cultivadas a cana-de-açúcar, e assim deu-se início um tipo de exploração rural peculiar afastada dos engenhos, aproveitando os hábitos alimentares indígenas como a mandioca e o consumo de frutas nativas – principalmente laranja e banana – que substituíam as verduras em seus valores nutricionais.

Os problemas com abastecimento dos núcleos urbanos aos poucos vão surgindo, mas só se intensificariam a partir do século XVIII. A lavoura destinada à produção comercial externa cresceu de maneira que a economia de subsistência não pôde acompanhar seu ritmo e a escassez de alimentos tornou-se uma constante, levando o governo a adotar medidas que obrigavam o plantio de gêneros alimentícios necessários à sobrevivência para aqueles que recebiam novas concessões de terras; porém, tal medida não foi suficiente para conter a carestia alimentar e muitos dos proprietários de terras e senhores de engenho desobedeciam tais ordens, dado que, além de reservarem as melhores terras para o plantio da cana-de-açúcar, os mesmos possuíam condições financeiras para importar alimentos para si próprios, deixando o restante da população em condições de subnutrição. Tem-se, assim, dois diferentes setores de produção que são tratados de maneira distinta: se por um lado a prosperidade financeira é o motor que move as grandes lavouras e dá às mesmas uma prioridade única frente às demais, por outra parte o setor de subsistência – ainda que seja essencial à sobrevivência – sofre as consequências do abandono e é marginalizado cada vez mais para o interior, longe das terras produtivas e da valorização de seus produtos. A interiorização da economia de subsistência fez com que a mesma não pudesse se desenvolver nos solos mais férteis do litoral, tendo que assumir os duros desafios de prosperar em terras pouco ricas em nutrientes e com baixa pluviosidade que, conseqüentemente, fazia com que a produtividade fosse pequena, sendo reféns dos poucos meses de chuva – como no caso do sertão nordestino. Em que pese as dificuldades, as fazendas de gado se multiplicaram, por exemplo, no interior nordestino, seguindo o curso do rio São Francisco, além de outras terras adentro do Maranhão, Paraíba e Rio Grande do Norte.

O período que Portugal foi anexado à Espanha e perde sua autonomia (1580 - 1640) traz consigo sérios problemas não apenas no campo político, mas também econômico, transformando as estruturas tanto da metrópole quanto da colônia substancialmente, de maneira que o reino português passou a depender de maneira acentuada destas terras e por

isso buscou explorar com mais intensidade seus recursos; foram perdidos o comércio asiáticos – levando Portugal ao empobrecimento – e as pequenas colônias naquele local eram quase inexpressivas, de sorte que apenas as colônias africanas (basicamente fornecedoras de escravos) mais o Brasil lhe sobrara, sendo que este último sofria neste período com as invasões holandesas no Nordeste que só cessariam com a recuperação da independência da Coroa Portuguesa. A colônia, que até então era tratada como uma ferramenta mercantil para servir os interesses portugueses, passa agora a receber um grande número de imigrantes na metade do século XVII que chegam para recomeçar suas vidas nas terras conquistadas, fazendo que houvesse crescimento populacional e rápida expansão territorial, não se limitando apenas ao litoral (adentrando, inclusive, às terras de posse espanhola). A consequência da chegada em massa dos lusitanos trará por conseguintes problemas econômicos e sociais que muitas vezes resultaram em conflitos, sendo necessária a formação de um novo sistema político-administrativo. Assim, as capitanias hereditárias são substituídas por governos-gerais que reforçam a autoridade central em detrimento dos governos locais, que moldariam a política econômica da colônia num liberalismo desenfreado com leis que permitiam o comércio direto com o estrangeiro, independente das atividades exercidas. Passado o período de domínio espanhol, Portugal começaria uma política baseada em restrições severas que tornaria a atividade comercial que era livre em contrabando, criando uma rede de privilégios e monopólios que se espalhou por vários setores; dentre os monopólios surgidos, destaca-se o do sal, que chegaria em 1665 à proibição deste produto para impedir a pirataria, além das restrições ao gênero da aguardente para não fazer concorrência com os vinhos que Portugal produzia e exportava. Todas estas medidas serviram para tornar mais fortes os senhores de engenho em detrimento dos pequenos proprietários que, cada vez mais, se viam obrigados a servir ao sistema em voga que os punia financeiramente por sua fragilidade estrutural e financeira. Desta maneira, os portugueses fazem a colônia passar de um sistema liberal ao regime de restrições e monopólios que pudessem compensar as perdas econômicas no comércio asiático, sustentando a metrópole e amarrando qualquer possibilidade de independência político-econômica brasileira.

A chegada do século XVIII intensificaria as restrições econômicas e administrativas que Portugal impunha sobre o Brasil, principalmente pela decadência das exportações do açúcar e o advento do ciclo do ouro, trazendo a exploração de jazidas que os lusitanos procurariam tirar proveito para sair da crise que estava instalada, impondo um regime de fiscalização muito maior do que utilizara na agricultura canavieira e produção do açúcar; com a expedição bandeirante embrenhada na caça ao indígena, o interior do que hoje conhecemos

pelo estado de Minas Gerais foi desbravado e o metal descoberto em grandes proporções. Durante cerca de setenta e cinco anos este metal precioso absorve todas as atenções da metrópole e concentra sobre si as forças econômicas e políticas que passam a desprezar todas as outras atividades produtoras, inclusive o açúcar; até então, encontrar ouro era um sonho português que não se realizara e a esperança de um dia encontrá-lo sempre esteve presente em suas profundas ambições. Por outro lado, Portugal teve mais cuidado com o que fizera quando tratou da exploração agrícola e submeteu desde o início o garimpo à uma fiscalização disciplinada que tributava pesadamente sobre os mesmos (um quinto do ouro era confiscado pela *Fazenda Nacional* – órgão português à época), regulando inclusive o número de escravos empregados nas minas, prazo para a exploração, etc., o que levou a uma intensa disputa entre o Governo que fiscalizava e o produtor que buscava burlar-se de pagar as taxas exigidas.

A exploração do ouro foi feita de forma predatória, sem critérios e preocupações com investimentos, aproveitando-se do leito dos rios e esgotando os mesmos; sobre este ponto, Caio Prado Júnior afirma que “*A decadência da mineração do ouro deriva de várias causas. A principal é o esgotamento das jazidas*” (PRADO JR., 1986, p. 61).

Dado que o tipo de ouro explorado nesta época era o aluvião – encontrado nas margens e leitos dos rios –, rapidamente se esgotou e o empenho por encontrar este metal sob outras formas não foi adiante devido ao baixo interesse da administração pública em promover a utilização de técnicas para a extração em rochas matrizes, repetindo assim a falta de perspectiva estrutural dos colonos portugueses nos esforços por investimentos no Brasil, freando, desta maneira, a capacidade econômica de se desenvolver e reproduzindo a idêntica postura que tomou conta dos duzentos anos anteriores e que seguia vigente: a pura exploração predatória em vistas do abastecimento do comércio europeu; em lugar de aparelhar e aprimorar a região mineradora com os impostos recolhidos, a administração pública preferiu intensificar a fiscalização sobre a produção, estagnando na ignorância todo conhecimento que poderia ser utilizado em favor daquelas terras exploradas, condenando a sustentação daquela população ao ciclo do ouro. Como consequência geopolítica desta época, o eixo financeiro foi deslocado do nordeste para o sudeste, deixando de ser Salvador a capital do país para, em 1763, transladar-se ao Rio de Janeiro, que se tornaria o principal centro urbano da colônia portuguesa; diante deste quadro, a necessidade de abastecer a população que compunha tanto a capital quanto as minas de ouro fez com que as atividades econômicas se expandissem inclusive para São Paulo, dando lugar ao surgimento da pecuária que traria prosperidade às regiões que neste ramo investissem.

I.3 CONSEQUÊNCIAS NO NORDESTE E NORTE

Caio Prado Júnior detalha de maneira mais minuciosa o desenvolvimento econômico tanto do Nordeste quanto do Norte do país, buscando apresentar as causas históricas de seu subdesenvolvimento cujas raízes se encontram no período colonial. Num primeiro momento, o interior nordestino passou por um processo de ocupação cuja distribuição foi desproporcional e acabou por povoar de forma escassa esta região, tendo como base a pecuária que movia a criação de fazendas, porém não sendo estas em número suficientemente grande para gerar um comércio significativo que motivasse a aglomeração e assim adentrava a ocupação com grandes distâncias dos assentamentos uns dos outros, estendendo-se pelo agreste. Dada a necessidade de sobreviver em uma região de baixa pluviosidade, naturalmente se procurou ocupar locais próximos ao rio São Francisco – e seus poucos afluentes perenes – como escape das grandes localidades desertificadas que são comuns ao semiárido nordestino; assim, a pecuária se tornou uma atividade de subsistência em meio à miséria da população que vivia de forma primitiva com produções mínimas para a sobrevivência. No início do século XVIII o gado desta região começa a ter visibilidade no abastecimento do litoral que cobre do Maranhão à Bahia, criando uma rota comercial que favoreceria os habitantes desta região, chegando ao cume do desenvolvimento na metade do século em questão. Porém, somadas às péssimas condições de criação destes animais, está o transporte – elemento que faz com que a carne chegue em pior estado ao seu destino final – perdendo cada vez mais atrativo; para completar a desgraça do sertanejo, ao fim do século corrente ocorrem secas prolongadas que atingem todo rebanho, reduzindo consideravelmente a produção pecuária que os consumidores litorâneos necessitavam e estes, por sua vez, optam por importar a carne-seca da região sul do país. Desta maneira, está sedimentado o subdesenvolvimento regional que castigaria seus componentes, deixando rastros do mesmo até os dias atuais.

Já na região Norte do País, particularmente na Amazônia brasileira, aos poucos a rede hidrográfica foi sendo penetrada e a agricultura, sem sucesso, buscava seu espaço por meio das lavouras de cana-de-açúcar; o clima tipicamente tropical, com suas cheias fluviais, remodelava o terreno e dificultava qualquer tipo de plantação que não fosse sua vegetação típica. Diante deste quadro, não restou aos colonos outra alternativa que fazer-se valer dos gêneros locais para o comércio:

“Encontraram os colonos na sua floresta um grande número de gêneros naturais aproveitáveis no comércio: o cravo, a canela, a castanha, a salsaparrilha e sobretudo o cacau. Sem contar madeiras e produtos abundantes do reino animal: peixes, caça, a tartaruga” (PRADO JR., 1986, p. 73).

É também na exploração predatória destas espécies que a atividade econômica encontrará motivos para permanecer na região, principalmente por encontrarem mão-de-obra indígena que, neste caso, se adaptou ao ritmo de trabalho dos colonos pois era parecido com o seu: basicamente, desbravar a floresta e fazer o transporte dos alimentos; desta forma, a escravidão negra foi dispensada e, conseqüentemente, os gastos com a mesma não precisavam ser levados em conta.

É na metade do século XVII que se dá início o percurso junto ao rio Amazonas, tendo à frente os grupos religiosos (jesuítas e carmelitas) que, com motivos devocionais e/ou comerciais – implantaram, através de suas missões, a ordem econômica por meio de empresas comerciais; tinham o indígena sempre como ferramenta de trabalho, divididos em tarefas que iam desde o cuidado com as instalações (escolas, armazéns, igrejas, etc.) até às expedições em busca do gênero comercializável propriamente dito: caça, pesca e extração dos produtos florestais. Estes produtos conseguidos eram comercializados, exportados e acabavam por enriquecer os religiosos que, por sua vez, ganhavam prestígio e poder financeiro já no início do século XVIII. O quadro favorável para os mesmos muda quando o Marquês de Pombal (ministro do rei Dom José I), na metade do século em questão, declara guerra contra os jesuítas e começa uma perseguição aos mesmos em aberto; assim, colonos leigos que até então enfrentavam problemas para entrar na região e participar da estrutura montada pela Igreja, passam a fazer uso de toda estrutura construída e deixada pelos religiosos. Neste período, Pombal fez importantes reformas que, além de abolir a escravidão indígena, passa a considerá-los semelhantes aos colonos, fazendo com que seus trabalhos sejam remunerados. Desta forma, fica caracterizado o povoamento e exploração mercantil da região amazônica não como agrário de uma pecuária de extensão, mas explorando abertamente a floresta na busca de produtos naturais; tudo isto resulta em uma maior intervenção do poder público que passa a construir quartéis, hospitais, fortalezas, etc., que, curiosamente, gera conflitos com os colonos na disputa pela mão-de-obra que não era tão abundante a ponto de atender aos particulares e aos interesses do governo na execução dos serviços públicos. Na verdade, o período de colonização da região amazônica sempre esteve marcado por incertezas e imbuído de um espírito aventureiro-desbravador que jamais deixou essa região prosperar conforme o esperado e, conseqüentemente, seu desenvolvimento ficou muito aquém das demais regiões do país, tendo reflexo até os dias atuais.

I.4 ÁPICE DO PERÍODO COLONIAL

A primeira metade do século XVIII seria marcada por grandes dificuldades para a agricultura brasileira, dado o conjunto de fatores que efervesciam no mundo e atingiam diretamente o país. A mineração, por si só, já havia deixado como herança a absorção de praticamente todas as atividades econômicas da colônia e, externamente, se consolidava a chamada política de “pacto colonial”, que vinculava todo mercado de produtos das colônias às respectivas metrópoles, adotada por Portugal, França e Inglaterra; o grande detalhe é que Portugal não possuía as mesmas condições técnicas e financeiras para bancar tal projeto político, o que fez que se intensificasse o relativo atraso técnico na indústria açucareira brasileira.

O panorama foi distinto na segunda parte do século em questão, no qual o açúcar ressurgiu com grande vigor graças ao desenvolvimento da população europeia e, conseqüentemente, a volta das relações comerciais que figuravam no contexto da Revolução Industrial. Guerras e disputas surgem neste período em função sempre da questão colonial, onde o campo de batalha seria no mar onde quem possuía a melhor armada seguramente estaria em vantagem em relação aos outros; Portugal, aliado da Inglaterra, desfruta de proteção desta que era a marinha mais poderosa da Europa. Neste contexto, os produtos das colônias passaram a ser valorizados e a colônia portuguesa, por sua vez, tirou proveito desta situação de protegida pelos ingleses para intensificar seus negócios e dominar o comércio colonial.

Outros produtos começam a tomar vulto e encontrar seu espaço no mercado europeu, proporcionando o renascimento agrícola da colônia brasileira. O algodão, produto originário da América, passa de medíocre coadjuvante restrito às colônias a mercadoria de grande importância no mercado internacional. Sua produção seria difundida no Brasil e o Maranhão se tornaria seu principal produtor, seguido de perto por Pernambuco e pela Bahia; facilidade de seu cultivo e a sensibilidade às condições climáticas eram fatores que particularizavam o investimento na produção. O arroz, por sua vez, ainda que longe dos índices de produção e exportação do açúcar, apareceria com grande destaque nas exportações brasileiras. Já o anil, tido como a grande promessa na produção das colônias americanas, fracassaria por basicamente dois motivos: a concorrência com a Índia (Inglaterra faz grande investimento nesta colônia) e a produção brasileira rejeitada pelo mercado internacional devido à fraude no produto. Como consequência deste *renascimento*, o eixo agrícola volta a se deslocar do interior para o litoral, principalmente a cana-de-açúcar, necessitada de regiões úmidas e

quentes. Porém, ainda que o novo ambiente comercial tenha dado novos ares de revigoração à agricultura da colônia, os velhos hábitos permaneciam, fazendo com que a produtividade tivesse características puramente quantitativas, e deixando a qualidade à margem do crescimento:

“No terreno do aperfeiçoamento técnico, o progresso da agricultura brasileira é, naquele período praticamente nulo. Continuavam em princípios do século XIX, e mais ou menos nas mesmas condições continuará ainda por muito tempo, com os mesmos processos que datavam do início da colonização. Processos bárbaros, destrutivos, explicáveis e mesmo insubstituíveis na primeira fase da ocupação; mas que começavam já, pela insistência neles, a fazerem sentir seus efeitos devastadores” (PRADO JR., 1986, p. 92).

Até o fim do século XVII, as fronteiras meridionais não estavam entre as prioridades da Coroa Portuguesa; é a partir de então que expedições foram enviadas para que estes territórios, de maneira particular o Rio Grande do Sul, fossem colonizados. No extremo sul do país, a base econômica da colonização foi a pecuária devido a seus grandes campos, tendo a agricultura prosperado apenas nas regiões litorâneas. Dada a desfavorável condição climática para produzir produtos tropicais, a política de povoamento destas terras ocorreu de maneira mais dificultosa e, conseqüentemente, atraiu num primeiro momento colonos mais pobres que eram subsidiados pelo Governo: eram portugueses basicamente da ilha de Açores. É na pecuária que o sul do país, principalmente o Rio Grande do Sul, se destaca. Já no século XIX conta com um nível técnico avançado que supera o interior do nordeste brasileiro. Apresenta uma indústria de laticínios pouco desenvolvida, sendo superada de longe por Minas Gerais. Da criação bovina quase tudo se aproveita: leite, carne, couro, sebo, etc.

A era colonial brasileira cessa em 1808 com a vinda da Coroa portuguesa ante a perseguição do exército de Napoleão; dado este acontecimento, a ocupação territorial que até então se restringia a uma pequena parte do território geograficamente pertencente aos portugueses, passa a ser uma das preocupações presentes. Com a concentração da população no litoral e pequenas – e dispersas – populações no interior do país, a economia colonial, agora regida de perto por Dom João VI, passa a ganhar novos rumos, pressionada pelo cenário internacional desfavorável à metrópole.

Assim sendo, Caio Prado Júnior enumera muitos elementos da história colonial vivida pelo país – endossando o sentido da colonização – e que se faziam presentes na constituição da vida social e econômica do Brasil contemporâneo, tendo como eixo principal o comércio (que ditava o modo como a organização da produção era conduzido): a monocultura, o

escravismo, etc., obedecendo a um modelo cíclico *prosperidade/crise* conduzido internacionalmente com vias à exportação. Em uma análise mais interna da economia – mas ainda dentro da mesma perspectiva – o autor trouxe à tona toda a rede que compôs o ambiente para que o capitalismo pudesse se articular e prosperar dentro dos moldes coloniais: a agricultura de subsistência, a pecuária, dentre outros; dessa maneira, a vasta empresa comercial que se tornou o Brasil foi uma empreitada com vistas apenas à exploração de recursos naturais por parte da metrópole, condenando a colônia a atrasos político-econômicos que dificultariam a construção de uma sociedade com interesses próprios.

CAPÍTULO II- O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO NA VISÃO DE CELSO FURTADO²

Ao retratar como se deu a formação econômica do Brasil, Celso Monteiro Furtado, único economista nato entre os autores estudados, apresenta seu raciocínio com base nas ideias de cunho desenvolvimentista, buscando por meio destas explicar o subdesenvolvimento de seu país nos moldes centro-periferia. Adepto a um modelo de matriz keynesiana, tem o estruturalismo como um paradigma a ser seguido de maneira particular na América Latina, bebendo das fontes da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL. O método utilizado pelo autor tem como objetivo *“Aproximar a história (visão global) da análise econômica; extrair destas perguntas precisas e obter respostas para as mesmas na História”* (FURTADO, 1985, p. 205).

Desta maneira, o pensador leva os leitores a refletir sobre as hipóteses por ele levantadas e que possam relacionar as mesmas com o período colonial, tirando assim suas próprias conclusões e sendo estimulados à investigação acadêmica. Como todo acadêmico que se preza a escrever sobre determinado tema, Celso Furtado parte de algumas perguntas fundamentais nas quais busca interligar economia e história; questionamentos de como se deu o financiamento inicial das terras coloniais – especulando inclusive que o dinheiro advindo do comércio com as Índias poderia ter sido usado para isto – bem como os motivos que levaram a empresa açucareira brasileira a ser exitosa em consonância com o mercado internacional.

Antes de iniciar a exposição do pensamento de Celso Furtado a respeito de como se deu o processo de colonização no Brasil, há que se destacar sua não concordância com a ideia da existência da forma feudalista durante este período; sua análise se baseia, acima de tudo, no histórico pouco feudalista que viveu Portugal e, conseqüentemente, trouxe para sua colônia. A controvérsia para sustentar a existência do feudalismo no Brasil se deve, principalmente, às capitânicas hereditárias que seriam reprodutoras de um regime feudalista no qual Portugal nunca vivenciou mas o adotou para colonizar estas terras; porém tal hipótese não confere dado que o sistema feudalista tinha como base política e social a servidão, poder descentralizado, isolamento cultural, agricultura de subsistência e atrofamento da riqueza – o choque com as características mercantis era claro e até mesmo antagônico, de forma que a transição de uma sociedade completamente feudal para uma sociedade com base mercantil poderia tardar tempo demais:

² Os parágrafos seguintes se baseiam largamente em Furtado (2007, 2001 e 1985), salvo indicações em contrário e citações.

“As capitânias eram simplesmente amplas concessões territoriais feitas a grandes capitalistas para que estes empreendessem a exploração agrícola do país. O objetivo da Coroa portuguesa era duplo: a) promover a efetiva posse da terra, b) criar riquezas que constituíssem objeto de comércio” (FURTADO, 2001, p. 83).

Segundo o autor, Portugal, assim como a Espanha, nunca foi local onde a estrutura feudalista pôde se instalar completamente por um fator essencial: o contato com o elemento “estrangeiro”, ou seja, os quase oitocentos anos de ocupação dos mouros (711 – 1492 d.C) forjaram uma sociedade aberta à formação de cidades, que por sua vez concentravam atividades comerciais e culturais que proporcionavam aos lusitanos a iniciativa econômica de circulação da riqueza, algo inexistente no regime feudal. Desta maneira, Portugal era conduzido por uma classe que mais se parecia a uma república mercantil que mesmo feudal, possibilitando um ambiente para que nascesse a burguesia mais vinculada ao lucro do que ao sangue nobre; este mesmo mercantilismo que fizera os portugueses tomarem a vanguarda nas navegações e transações comerciais, também os limitaria assim que atingissem seus objetivos.

II.1 EXPANSÃO COMERCIAL, EMPRESA AGRÍCOLA, RAZÕES DO MONOPÓLIO E DESARTICULAÇÃO DO SISTEMA

Ao iniciar-se o século XV, a Europa buscava expandir seu comércio por via marítima tendo em vista as invasões turcas que prejudicavam as rotas comerciais, dificultando a ligação com seus parceiros no Oriente Mediterrâneo, Índia e China. A pressão por um caminho alternativo que levasse ao desvio destes obstáculos conduziu, de maneira particular devido à geografia, a Espanha e Portugal lançarem-se nesta empreitada. Antemão, vale a pena destacar que a expansão marítima organizada por Portugal ao Oriente tinha um caráter comercial – e não colonial – e neste sentido que se deparavam com mercadores árabes que tinham o monopólio do comércio Oriental, dificultando a realização dos desejos de lucros extraordinários dos portugueses que, por sua parte, respondiam com ações de cunho militar e relações comerciais baseadas na pirataria. Outro elemento importante a se destacar em relação à diferença das ações portuguesas no Oriente e nas colônias é a questão da emigração: nas primeiras, este elemento não esteve presente, o que caracteriza o interesse predominantemente comercial com aquelas terras:

“A atuação portuguesa no Oriente variou entre simples contato comercial e a dominação militar. Faltou-lhe sempre o elemento fundamental da colonização, que é a emigração” (FURTADO, 2001, p. 54).

O acaso conduz ambas as nações à América, mas os destinos de Portugal e Espanha seriam distintos no que tange à maneira de ocupar o continente descoberto. Sob o prisma da pressão de que só teriam legitimadas as terras que efetivamente ocupassem, outras nações começaram a se articular para formar colônias de povoamento, tendo franceses, ingleses e holandeses como primeiros interessados em fazer parte do Novo Mundo e suas possíveis riquezas a oferecer. Na árdua tarefa de justificar não somente a descoberta, mas principalmente a presença na América, aparece a grande primeira diferença entre portugueses e espanhóis: a capacidade de financiamento. Tendo dificuldades financeiras para operar planos de busca e extração de ouro conforme fez a Espanha ao criar colônias de povoamento no mediterrâneo de suas terras em prol de sua defesa (Cuba, Jamaica, Porto Rico, etc.), Portugal lança mão da exploração agrícola e a comercialização da mesma, mesmo sabendo dos riscos que enfrentaria dado que o valor do frete tornava inviável tal empreitada. Mais tarde, as terras americanas passam de um papel secundário (empresa extrativa) a coadjuvante essencial na produção e fluxo de bens que alimentaria o mercado do Velho Mundo. É então neste sentido que substancialmente se distingue as colonizações portuguesa e espanhola: se por um lado a Espanha se aproveita das sociedades que lá existiam para explorá-las na caça aos metais preciosos tendo financiamento governamental e finalidades políticas trabalhando em conjunto, os lusitanos imprimem uma nova ordem social por meio da empresa açucareira que atrairia artesãos europeus, exploraria os indígenas e posteriormente usaria do tráfico negreiro para levar a cabo o cultivo da cana-de-açúcar e a manutenção dos engenhos no Brasil.

Na esperança da descoberta de ouro nas terras ocupadas, Portugal necessitou criar uma empresa agrícola - que não constituía um fim em si mesma - no século XVI com o propósito de não ter problemas sobre a autenticidade de sua presença, aproveitando tal empresa para transformar o Brasil em produtor inserido no comércio internacional que a metrópole fazia parte, de sorte que nem o Brasil nem Portugal seriam consumidores desta produção; sua atenção com a colônia já se iniciava no interesse da defesa do monopólio do pau-brasil - e contando com a esperança de encontrar metais preciosos a qualquer momento. Dentro da possibilidade de trabalhar com a agricultura tropical, Portugal visava a produção de gêneros cuja produção pudesse ser comercializada em grande escala e lucrativa, usando para isto as melhores terras que rapidamente eram esgotadas; por isso a monocultura fazia parte da formação da sociedade brasileira, eliminando qualquer outra possibilidade de cultivo que envolvesse a pura subsistência ou produção em pequena escala sem o uso de uma agricultura extensiva. Porém esta escolha não era alheia aos problemas e era sabido que para a

sobrevivência do sistema monocultor ávido de muitos trabalhadores era necessário lidar com a escassez de mão-de-obra e seu alto custo, deixando de lado braços para plantar produtos destinados à subsistência; desta forma, todo fomento de atividades que pudessem girar em torno dos engenhos para abastecê-los era minguada, de baixa qualidade e insuficiente para fornecer o mínimo de condições de sobrevivência da indústria açucareira, forçando, inclusive, a Coroa portuguesa a intervir e obrigar os senhores de engenho a disponibilizarem o mínimo de mão-de-obra para que as atividades secundárias pudessem ser desempenhadas. Desta maneira, muitos dos alimentos seriam importados e a criação de gado seria deslocada para o interior do país, fazendo com que o abastecimento dos engenhos fosse rudimentar.

Dado que os portugueses já eram detentores das técnicas de produção do açúcar nas ilhas atlânticas (Ilha da Madeira e Açores), havia dois problemas consequentes para se lidar: o financiamento e a mão-de-obra; ambos tornavam o empreendimento inviável, dado que o investimento no transporte para cruzar o Oceano Atlântico levando o produto tinha um custo muito alto (Portugal, ao contrário dos flamengos, não dominava este mercado). A respeito da mão-de-obra, não havia incentivos financeiros que compensassem o fomento da emigração rumo às terras recém descobertas; somado a isto, Portugal ainda não havia se recuperado da dizimação de grande parte da população ocorrida com a *peste negra* no século XIV. A solução para os problemas expostos passou por vias que tornaram Portugal dependente de mercados externos, comprometendo sua autonomia e vinculando a colônia ao sistema mercantil que já predominava na Europa desde o século XI. Foi com os holandeses que se conseguiu poder financeiro e capacidade comercial para que a empresa agrícola brasileira pudesse ser levada a cabo e, para resolver o problema da falta de mão-de-obra, os portugueses, conhecedores da solução que já usufruíam em outros lugares, lança mão do mercado africano de escravos.

A Espanha, contando com recursos muito superiores a Portugal, conduzia sua tarefa colonizadora em cima da extração de metais preciosos, visando transformar suas colônias em sistemas econômicos independentes que alimentassem financeiramente a metrópole por meio do excedente que produzissem. Com a inundação de ouro chegada das colônias americanas, a Espanha desequilibra a balança comercial e provoca uma onda de inflação que atinge toda Europa. Problemas internos foram provocados por este fluxo intenso de metais preciosos, dado que o número de importações cresceu de maneira intensa, ao passo que as exportações diminuíram, servindo como combustível para os países europeus com quem comerciava. A soma destes fatores acabou por favorecer Portugal, dado que os espanhóis não conseguiram

dar um outro rumo às colônias que não fosse a extração mineral – ainda que possuíssem a grande vantagem da facilidade na aquisição de mão-de-obra nas imensas populações mexicanas, terras mais próximas à Europa, maior poder financeiro, etc.

Diante do quadro econômico e político provocado pela Espanha com o desastroso comércio de metais preciosos, Portugal acaba por conseguir aproveitar a situação mesmo em desvantagens estruturais e levar a empresa agrícola em suas terras coloniais ao êxito com o cultivo da cana de açúcar. Porém, ao incorporar Portugal em seu Império no século XVI, a Espanha modifica as relações da colônia portuguesa com o restante da Europa e acaba por incorporar inimigos, como é o caso da Holanda, que detinha praticamente o monopólio do comércio marítimo na Europa (e seguiriam assim até quase a primeira metade do século XVIII). Na guerra entre holandeses e espanhóis, o açúcar na colônia entra em cena como um fator de grande disputa por ambos. A Companhia Holandesa das Índias Ocidentais ocupa parte do nordeste brasileiro na primeira metade do século XVII, absorvendo o que lhes faltava na empreitada açucareira: o conhecimento técnico e organizacional. A incorporação de tais conhecimentos seria fator fundamental de promoção da futura concorrência com o açúcar local pois, após a expulsão, os holandeses iriam levar as técnicas para a região do Caribe e organizar toda produção açucareira, financiando e comerciando sua produção. Basicamente dois efeitos seriam sentidos com esses acontecimentos: a quebra do monopólio açucareiro durante quase um século e, com a concorrência, a grande baixa dos preços para o século seguinte.

O Império Espanhol, ao travar batalha com as principais potências europeias no século XVII, faz com que a região do Caribe se torne uma potente economia de produtos tropicais. Outros inimigos como França e Inglaterra se fortalecem à medida que a Espanha perde poderio militar, que tomam conta das Ilhas no Caribe com objetivos militares e iniciam uma colônia de povoamento de mão-de-obra europeia de cunhos forçados, com alta propaganda e até mesmo sequestro de pessoas. A Inglaterra tinha maior facilidade com o recrutamento de colonos por dois motivos básicos: havia excedente populacional devido ao êxodo rural provocado pela reforma nas estruturas agrárias no século anterior e, por outro lado, a intolerância política e religiosa que vivia o país fomentava a migração.

As colônias de povoamento surgidas nesta época não são lucrativas num primeiro momento; o próprio recrutamento utilizou-se de mecanismos pouco comuns, como a troca do cumprimento de uma pena criminal pela mão-de-obra na América. A política de fomento à imigração teve êxito em números – ainda que não resolvesse o problema da falta de mão-de-

obra – nas Antilhas, região que mais tarde se tornaria produtora de importantes produtos como algodão, anil, café e, principalmente, o fumo. Esta imigração forçada e insuficiente serviu de base para verificação da potencialidade desta região, que futuramente viria encontrar como solução para a mão-de-obra o mercado de escravos: é neste sentido que o curso da colonização das Antilhas toma um novo rumo que antes não cogitara a produção açucareira. Este fato foi fundamental para segregar os dois tipos de colonização (Antilhanas e as Setentrionais) e marcar os distintos grupos sociais que dominavam os interesses nas mesmas; assim, enquanto que nas Antilhas a Metrópole era quem ditava o ritmo da economia colonial por meio de grupos financeiros, as colônias setentrionais possuíam populações agrícolas distantes dos interesses dos colonizadores e se relacionavam com interesses comerciais de cidades como Boston e Nova York que se atritavam com as intenções mercantis da Metrópole, dando o toque de independência necessária para darem um novo rumo ao sentido de sua colonização. Na verdade, o imigrante que se dirigia para a América buscava um clima que fosse semelhante ao setentrional encontrado na Europa, evitando os trópicos por conta de vários motivos não apenas ligados ao fenômeno climático, mas pela própria estrutura econômico-social montada que inviabilizava o assentamento e permanência daqueles que possuíam pequenos capitais e baixa força de trabalho, fazendo com que a pequena propriedade não fosse uma possibilidade a ser conquistada a não ser nas colônias do norte.

Uma vez que o objetivo original das colônias antilhanas – serem núcleos de imigrantes europeus – não obteve êxito por razões econômicas (a colonização com base na pequena propriedade não prospera quando atrelada a fins comerciais), a chegada dos holandeses expulsos do Nordeste do Brasil fez com que os planos para estas terras insulares fossem completamente modificados. Trazendo as técnicas e o financiamento para mover a indústria açucareira, os mesmos encontraram o principal produto da região, o fumo, com preços baixos. A população europeia que imigrara para formar colônias de povoamento acaba por deixar as Antilhas rumo às colônias setentrionais, sendo substituídos por escravos. Assim, num lapso de dez anos, grupos financeiros foram constituídos nestas terras, desfrutando de uma grande vantagem frente à indústria açucareira brasileira: a posição geográfica. As colônias inglesas do Norte, até então constituídas basicamente de economia de subsistência, vão se tornando viáveis em vista do abastecimento das Antilhas com seus produtos, principalmente o trigo e seu excedente, já que o clima temperado não podia propiciar a produção de produtos tropicais. Somado a isto, a guerra vivida pela Inglaterra contra França favoreceu neste período maior liberdade para que este comércio nas Américas fosse realizado. Com uma economia autossuficiente na metade do século XVII, as colônias setentrionais encontram condições

favoráveis para exportação de seus produtos que abasteceriam as colônias açucareiras do Caribe. A partir daí outras necessidades foram surgindo nas Antilhas, fomentando nas colônias do Norte um comércio inesperado em exportação: animais de tração, madeira e navios (indústria naval), tendo como contrapartida a importação de bebidas alcoólicas. Marcase, assim, uma importante diferença substancial entre as colônias antilhanas e setentrionais: as primeiras vinculadas a grupos de interesses metropolitanos, enquanto que as segundas estavam isentas de dita influencia.

Enquanto esteve sob o domínio da Espanha de 1580 a 1640 – o que provocou o fim da linha que marcava o Tratado de Tordesilhas – Portugal foi sofrendo profundas perdas como a rota estratégica para as Índias e uma parte da colônia para os holandeses, além de ter o mercado de açúcar desorganizado e sem defesas para assegurar a posse sobre as terras colonizadas. Apesar de recuperar a soberania, os portugueses saíram enfraquecidos e os espanhóis seguiam ameaçando-os, o que levou a coroa lusitana tomar a difícil decisão de alienar parte de sua soberania fazendo acordos internacionais de defesa com os ingleses na segunda metade do século XVII; tais acordos teriam consequências decisivas no percurso da economia política brasileira nos anos seguintes. A influência que a Inglaterra ganhou sobre Portugal foi de tal magnitude que Celso Furtado apresenta como:

“O espírito dos vários tratados firmados entre os dois países, nos primeiros dois decênios que se seguiram à independência, era sempre o mesmo: Portugal fazia concessões econômicas e a Inglaterra pagava com promessas ou garantias políticas” (FURTADO, 2007, p. 30).

Tais privilégios beneficiaram, por exemplo, comerciantes ingleses em sua permanência nas colônias. Porém, mesmo com a proteção dada pelos acordos citados, a desorganização do mercado de açúcar era latente e isto colocava em perigo a sobrevivência do projeto colonizador. Além da pressão espanhola que seguia não reconhecendo a separação por parte dos portugueses, no cenário financeiro, as desvalorizações monetárias agravavam a crise portuguesa; é neste momento que surge uma espécie de “milagre” que muda completamente o panorama econômico de Portugal e Brasil: a descoberta de ouro no final do século XVII, levando os portugueses a abrirem mão-de-todo desenvolvimento manufatureiro que apostaram até então. A experiência da caça aos índios no sertão nordestino seria aproveitada nesta fase em que a baixa do açúcar proporcionou outrora. Neste período, a nascente economia mineira terá modificações geográficas e demográficas, recebendo grande número de imigrantes oriundos da metrópole. Para conseguir apoio em tal empreitada, Portugal volta a fazer um novo acordo com a Inglaterra envolvendo a produção de ouro, em troca de apoio político para

solidificar sua posição na colônia. Neste movimento, importantes termos foram firmados de tal maneira que se garantiu os territórios sobre a foz do Amazonas (reclamados pela França) e a colônia do Sacramento (reclamados pelos espanhóis). Ao vincular o ciclo do ouro à proteção inglesa, Portugal passa a exercer um papel secundário dentro de sua própria economia: enquanto que os ingleses gozaram deste período acumulando reservas para se tornar a principal potência financeira da Europa e estimulando seu setor manufatureiro, aos portugueses coube serem coadjuvantes sem ganhos reais.

O ciclo do ouro vigorou com força no Brasil apenas por 60 anos, cuja base era o trabalho escravo e, economicamente, gerava fluxo de renda monetária alto e proporcionava fôlego a um mercado interno inclinado à urbanização, germinando características de uma economia nacional que recebia os produtos de outras regiões como o gado, além de atrair mão-de-obra das regiões açucareiras em franca decadência. Contudo, este crescimento tinha características puramente extensivas e pouco se diferenciava do período açucareiro, dado que o ciclo do ouro também pouco exigiu em capital fixo, porém mais vulnerável aos preços externos, estando amplamente dependente do comércio exterior. Com o esgotamento da exploração dos metais preciosos, rapidamente a região se atrofia economicamente e passa a se configurar como atividade de subsistência, ainda que mais rica que a região nordestina, por meio do desenvolvimento urbano proporcionado por esta fase. Uma das críticas que se faz ao não aproveitamento das atividades manufatureiras nesta época para a sustentabilidade da renda monetária se dá ao fato que os portugueses, no início do século XVIII, haviam firmado um acordo com os ingleses, abrindo mão do desenvolvimento de manufaturas; desta maneira, o setor de subsistência ganha mais fôlego e como consequência se acumula mão-de-obra de baixa produtividade.

Enquanto o ciclo do ouro se encerrava no Brasil, os ingleses começavam a entrar no período da Revolução Industrial no último quarto do século XVIII. O cenário comercial mundial mudava estruturalmente graças à mecanização, e era preciso conquistar novos mercados para absorverem o excedente de produção. Assim, alguns acordos antes firmados agora perdem sentido e são contestados, como o tratado de Methuen a respeito do privilégio português com seus vinhos no mercado inglês; para melhor comercializar com a Europa, a Inglaterra necessitava se livrar dessas amarras passadas e Portugal teria sua situação financeira mais comprometida com o fim desses acordos. Dessa maneira, o término do ciclo do ouro trouxe consigo uma renovação nos padrões comerciais mundiais que agravariam ainda mais a crise portuguesa.

O processo de independência do Brasil aconteceu sob as bênçãos da Inglaterra. Ao ser transferido o governo português para a colônia devido à ameaça francesa, ela passa a ter os mesmos vínculos com os ingleses que Portugal possuía, e isto custou ao país – mesmo após a independência – anos para se livrar dos acordos internacionais firmados pela metrópole que concediam, além de concessões econômicas (tarifas preferenciais, etc.), favores políticos que exigiram anos para serem revogados. Para isto, foram necessários alguns tratados firmados entre Brasil e Inglaterra que limitava sua própria soberania econômica durante algum tempo; caso contrário, teria que enfrentar “fogo amigo”, dado que os ingleses eram a proteção militar herdada do governo português. Evidentemente, a dependência da Inglaterra causou descontentamento que acabou por gerar focos de desagregação territorial na primeira metade do século XIX, afetando inclusive a própria autonomia e soberania do poder central.

Na segunda metade do século XIX o país começa a experimentar uma consolidação interna que de fato traria características de uma nação soberana, e a produção de café tem um papel primordial neste processo. Os EUA, desde o início do século em questão, estreitam suas relações econômicas com o Brasil tendo em vista a importação deste produto, traçando uma espécie de “relação solidária continental” que proporcionará a ruptura dos laços contraídos por Portugal junto a Inglaterra ao fim do contrato dos mesmos; em 1842, mesmo sob forte pressão inglesa, o governo brasileiro consegue a não renovação do contrato feito em 1827 e põe fim ao Tratado de Comércio e Navegação. Com isto, foi possível elevar as tarifas, aumentar seu poder financeiro e, conseqüentemente, solidificar-se enquanto governo central, ganhando autonomia no âmbito financeiro.

Dadas as difíceis conquistas durante o processo de independência, o Brasil conservou a estrutura de trabalho escravo, mesmo na contramão da tendência mundial; este fato traz consigo o atraso da industrialização, sendo possível observar que o panorama estrutural se manteve praticamente o mesmo dos três séculos anteriores, sem conflitos internos e, por conseguinte, sem desenvolvimento econômico. É apenas com a chegada da indústria cafeeira que se iniciará uma etapa de transição econômico-política que trará maior autonomia, capaz de gerar seu próprio crescimento para então concluir definitivamente o processo de colonização brasileira.

Celso Furtado, ao analisar o período de colonização brasileiro, deu importante atenção aos períodos do açúcar e da mineração, encontrando elementos que fizeram do Brasil um país subdesenvolvido ao pôr freios a questões determinantes como expansão da renda, construção de um mercado interno, diversificação da estrutura produtiva e, conseqüentemente,

subjugando-o à uma economia de subsistência que visava apenas atender ao mercado externo e se subordinando ao mesmo. A economia escravista, por sua vez, foi peça fundamental na subordinação da colônia à metrópole, e a extrema dependência desta atividade demonstrava que a mesma era o termômetro do comércio europeu e possuía características extensivas: se o mercado externo estava aquecido, a mão-de-obra escrava respondia nas mesmas proporções; caso contrário, havia a desaceleração da mesma.

II.2 CAPITALIZAÇÃO, NÍVEL E FLUXO DE RENDA, E FORMAÇÃO DO COMPLEXO ECONÔMICO NORDESTINO DA ECONOMIA ESCRAVISTA DE AGRICULTURA TROPICAL DOS SÉCULOS XVI E XVII

Desde os primeiros instantes diante da população indígena brasileira, os portugueses imprimiram naturalmente a escravidão ao comercializar o pau-brasil; este primeiro contato já daria os primeiros contornos à configuração da sociedade nas terras conquistadas:

“A forma de exploração do pau-brasil, que define perfeitamente a natureza dos primeiros contatos de Portugal com Santa Cruz, condicionará as instituições sociais da futura colônia. Tal é o caso da escravidão” (FURTADO, 2001, p. 73).

Necessitando do trabalho indígena para o corte e transporte da madeira, os lusitanos iniciaram a negociação propondo a esta sociedade de hábitos primitivos o pagamento de seus trabalhos por objetos minimamente valorados no meio comercial. Porém, não adaptado ao trabalho em sua rotina e arduidade, o índio acaba por sucumbir e não corresponde às expectativas dos exploradores que, por sua vez, terminam por apelar para a força e, conseqüentemente, à escravidão. Ainda não configurado uma colônia de características agrícolas, o Brasil passa a ser visto pelas lentes do comércio de madeira de tinta, de aspecto puramente extrativo, atraindo a atenção de grupos burgueses que reivindicam junto à Coroa portuguesa terras e monopólio deste produto.

Com a indústria açucareira em franca prosperidade no Brasil, a colônia passa a ser na América a primeira experiência de investimentos permanentes que levariam os europeus a fixarem raízes nestas terras e aqui criar riquezas, já que os espanhóis nada mais faziam neste momento que explorar os metais preciosos nos territórios que lhes cabiam. Portugal, ao perceber que o atraso cultural indígena se tornava fator determinante para o retardamento da empresa agrícola, alinha seus esforços pelo êxito da mesma e passa a conceder privilégios aos

que se comprometessem na instalação de engenhos, fomentando o cultivo extensivo da lavoura de cana-de-açúcar, como por exemplo as isenções fiscais, atraindo artesãos europeus. Como era de se esperar, a dificuldade para encontrar mão-de-obra diante da escassez da mesma fez com que os portugueses lançassem mão da busca pelo trabalho indígena, gerando o primeiro comércio paralelo à indústria do açúcar (com comunidades especializadas na captura dos índios); este, uma vez escravizado, não foi capaz de responder aos esforços do trabalho na escala que os colonizadores esperavam e toda estrutura para a produção do açúcar poderia perder-se dada a dependência deste tipo de serventia para o êxito agrícola. A escravidão indígena, considerada de segunda classe, apesar de não eficiente na produção de açúcar, pôde atender com o mínimo de satisfação núcleos populacionais que não estavam ligados a esta indústria, como foi o caso de São Vicente após seu parcial êxito como capitania.

Uma vez iniciada e rapidamente expandida atividade açucareira no Brasil, a necessidade de trabalho mais intensivo que o indígena tornou-se motivo de sobrevivência e a recorrência ao escravo africano era questão de tempo, pois os engenhos necessitavam de mão-de-obra cada vez mais adaptada ao serviço para que a produção crescesse em larga escala; evidentemente, o custo para trazer este tipo de trabalho forçado demandava capital maior e só poderia ser usado em uma indústria altamente lucrativa, o que acabou acontecendo, e com a prosperidade dos negócios não houve problema para negociar com o mercado de escravos africano, investimento este que chegou a ser de até vinte por cento do capital fixo que a empresa utilizava. Desta maneira, o Brasil entra na contratendência mundial, ao passar do trabalho livre ao trabalho escravo, incorporando nestas terras elementos escravistas terrivelmente preconceituosos que penetraram na cultura e até hoje promove seus males. Sendo assim, Celso Furtado afirma que qualquer estudo que utilize a influência africana na composição da sociedade brasileira não pode ser feito sem a profunda referência à escravidão:

“O negro escravo era utilizado na sociedade estritamente como máquina de trabalho. Seu patrimônio cultural havia sido desagregado e nada se lhe oferecia em substituição. O negro era conservado na mais completa ignorância ... inteiramente alheio ao sistema de valores da civilização em que ingressava malgrado seu”
(FURTADO, 2001, p. 129)

Por sua vez, a indústria açucareira se desenvolve com imensa rapidez no século XVI, terminando este período :“sendo umas vinte vezes maior que a quota de produção que o governo português havia estabelecido um século antes para as ilhas do Atlântico” (FURTADO, 2007, p. 46).

A renda que era obtida com o açúcar estava fortemente concentrada nas mãos dos senhores de engenho, que a utilizavam para pagar não apenas os trabalhadores diretos da indústria, mas também aos outros setores que moviam, de maneira indireta aos engenhos; com isso, fazia-se circular dinheiro, que criava uma economia de abastecimento dos engenhos, interligando os núcleos de povoamento existentes – como exemplo, a compra de animais de tração, madeira para as fornalhas dos engenhos, trabalho dos artesãos, etc.

A vida social que se formava ao redor do engenho é um capítulo à parte que Celso Furtado descreve como: “...não era apenas uma unidade de produção, mas a verdadeira célula social da colônia” (FURTADO, 2001, p. 101). Logo, dado que os senhores de engenho eram detentores de títulos conferidos pela Coroa portuguesa, estes detinham um domínio não apenas econômico sobre escravos, artesãos, clero, etc., mas sobre todo modo de vida daquela sociedade, acabou-se por constituir uma identidade baseada na aristocracia açucareira e assim formavam uma classe empresarial fechada e com fins específicos, que se caracterizava pelo alto lucro, pela preocupação com a defesa militar e, lamentavelmente, por um baixíssimo investimento estrutural principalmente nos primeiros duzentos anos de colonização destas terras; esta estrutura não permitia a sustentabilidade de pequenos engenhos, pois os mesmos não eram capazes de suportar os altos gastos com encaixotamento e transporte do açúcar, impostos da terra, fretes e tarifas alfandegárias, que costumavam somar entre quarenta e cinco e sessenta por cento dos custos de produção deste produto.

A prosperidade açucareira ao fim do século XVI chegou a proporções tão grandes que a rentabilidade era capaz de duplicar a produção num intervalo de dois anos, demonstrando que a etapa de comercialização foi favorável. Por outro lado, Celso Furtado chama atenção para o seguinte questionamento: se a capacidade de crescimento da indústria com investimentos não foi utilizada para a expansão total do negócio em sua plenitude, qual o destino do dinheiro que sobrava? Segundo o autor, uma espécie de “renda de não-residentes” – que não era apropriada pelos senhores de engenho – provavelmente ficaria nas mãos dos comerciantes que, por sua vez, acabariam por evitar uma crise de superprodução. Na fase predominantemente de monopólio conjugado aos altos preços, sua rentabilidade elevada e expansão acelerada não causaram inflação por estar fortemente atrelada ao comércio externo, que transmitia para a colônia os impactos dos ciclos dos preços do açúcar, fazendo com que o as unidades produtivas se desagregassem nos períodos de baixa e voltassem a trabalhar em conjunto quando a crise passasse – voltando a importar equipamentos e escravos; os efeitos

dessa desagregação quando a produtividade média caía eram absorvidos pela expansão das atividades de subsistência, graças à abundância de terras.

Não restam dúvidas que a economia açucareira era um mercado que havia tomado uma grande importância e expandido de maneira extraordinária, capaz de dinamizar as outras regiões do país que não participavam diretamente do processo que compunha tal indústria. Porém, os interesses e os acordos comerciais nos quais a metrópole estava envolvida não permitiram tal façanha, fazendo com que esta força dinâmica se direcionasse para o exterior, de maneira especial para os holandeses, que eram os responsáveis pelo transporte do açúcar; além disso, soma-se o fato da preocupação lusitana em frear qualquer ímpeto da colônia que pudesse transformar a mesma em concorrente da metrópole. A expansão do açúcar provocou efeitos locais importantes também, como a necessidade da criação cada vez maior de animais de tração, tendo em vista que o grande consumo de madeira forçava os proprietários dos engenhos a buscarem a mesma cada vez mais longe, dado que a criação de gado nos limites dos canaviais era impraticável; com isto, o açúcar e o gado passam a configurar duas atividades separadas e independentes no Nordeste Brasileiro.

É sabido que o mercado gerado pela economia açucareira possuía grandes dimensões e, conseqüentemente, havia a tendência a dinamizar o desenvolvimento de outras regiões da colônia. Porém, na contramão dessa propensão, os recursos que poderiam impulsionar a dinâmica da economia regional passaram a ser desviados para o exterior devido a alguns motivos, dentre os quais a precaução em não deixar que se desenvolvessem quaisquer atividades que pudessem concorrer com a economia da metrópole, somados ao baixo valor dos fretes das embarcações que colhiam o açúcar e o distribuía para a Europa. Mas havia tipos de economias paralelas necessárias à subsistência do próprio sistema açucareiro que não era possível serem importadas e fazia-se necessário investir nas terras coloniais, dentre as quais os animais de tração. Contudo, não querendo utilizar as terras já ocupadas no cultivo da cana-de-açúcar para incrementar a criação de gado – a faixa litorânea já estava comprometida com o produto – ambas as atividades (açucareira e criatória) foram separadas e esta última migrou para a região nordestina afastada do mar e em condições menos favoráveis que a primeira.

Segundo Celso Furtado, alguns elementos fundamentais que caracterizam a economia do século XX são frutos tanto da economia açucareira quanto da economia criatória na segunda metade do século XVII. Como essas economias se caracterizam por uma certa estabilidade tanto em períodos de crescimento quanto de recessão, não houve impulso para que o panorama fosse modificado, tendo em vista que a mentalidade do colono estava imersa

numa espécie de “zona de conforto” da qual ele não se movia. Em períodos de crescimento, o mesmo se dava em caráter extensivo com a incorporação de terras e mão-de-obra, sem a preocupação na melhoria da infraestrutura que pudesse afetar positivamente tanto os custos de produção quanto a própria produtividade. Por sua vez, em período de crises, como os custos com salários e insumos era baixo, a economia se fazia resistente a efeitos que no curto prazo atingiam os preços e os forçava para baixo (espécie de oferta totalmente inelástica). Destaca-se que, a curto prazo, tanto a economia açucareira quanto a criatória eram suscetíveis aos mesmo efeitos.

II.3 POVOAMENTO, FLUXO DE RENDA E ARTICULAÇÃO DA ECONOMIA ESCRAVISTA MINEIRA

Diante de uma economia colonial que, ao mesmo tempo que se empobrecia, era levada a gastos cada vez mais elevados com a manutenção do sistema, Portugal encontrava-se num paradoxo complexo que punha em risco sua própria sobrevivência: ou se esperava um novo *milagre* como o ocorrido com o açúcar para seguir apostando na agricultura ante a intensa concorrência com outros mercados coloniais – a exemplo das Antilhas – ou se buscava uma saída alternativa que mudaria todo o rumo da infraestrutura até então vigente: a busca de metais preciosos. Desta maneira, Portugal uma vez mais sai na contramão das tendências econômicas e passa a apostar naquilo que os espanhóis havia feito há duzentos anos, usando o ouro para justificar economicamente sua colônia. Porém, para isto, seriam necessários investimentos em técnicas que a metrópole traria, dado que no interior do país homens já haviam desbravado as terras virgens e o metal não fora encontrado.

O complexo geográfico da economia mineira compreendia a extensa região entre a serra da Mantiqueira (Minas Gerais) e Cuiabá (Mato Grosso), não deixando de contemplar as terras de Goiás. Conforme o ouro foi sendo descoberto e explorado, diversas regiões passaram por distintos fluxos migratórios, levando a instabilidade no momento da consolidação da população em núcleos. Curioso notar que as regiões onde mais abundavam o ouro e alcançavam picos de produtividade, eram as que mais rapidamente se esvaziavam, dado que os depósitos de metais preciosos rapidamente se esgotavam e em seguida o local era abandonado, não configurando a permanência dos exploradores ou qualquer tipo de atividade econômica que pudesse subsistir na localidade: “*Os depósitos de aluvião se esgotam tanto*

mais rapidamente quanto é mais fácil sua exploração. Dessa forma, as regiões mais “ricas” se incluem entre as de vida produtiva mais curta” (FURTADO, 2007, p. 83).

Assim, configurou-se uma relação inversamente proporcional entre o ouro e a permanência na região explorada: quanto maior a quantidade de metal encontrando, menos tempo se permanecia na localidade, dando contornos de uma exploração predatória sem qualquer tipo de contrapartida econômica sustentável que pudesse proporcionar o desenvolvimento daquele local.

Como consequência do não-desenvolvimento de atividades econômicas em meio à devastação que foi ditada pela busca ao ouro – com raras exceções, alguma agricultura de subsistência –, toda estrutura montada para o período da expansão mineira se desfazia em meio à desagregação e descapitalização das empresas. O capital aplicado neste setor ia lentamente sendo diminuído, sustentado ainda por uma falsa esperança que a qualquer momento pudesse ser encontrada uma nova jazida e retomada a exploração. Dessa maneira, o sistema criado para sustentar a economia de mineração se desfazia sem deixar uma herança digna para as terras exploradas e para a colônia em si, fazendo com que se voltasse aos patamares de uma economia de subsistência à mercê dos caprichos metropolitanos.

Sendo assim, Celso Furtado identificou que o sentido da colonização brasileira foi dado pela expansão do mercado externo europeu, o qual imprimiu o ritmo de toda produção da colônia e a tornou dependente dos ditames da metrópole; dessa forma, terminando como uma economia de subsistência ao ter sua política subjugada às oscilações completamente dependentes dessa mesma estrutura mercantil externa, foi incapaz de proporcionar transformações estruturais que pudesse levar o Brasil ao desenvolvimento interno.

CAPÍTULO III- O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO NA VISÃO DE FERNANDO ANTÔNIO NOVAIS³

Historiador com interesse particular nas relações entre a metrópole portuguesa e o Brasil colonial, Fernando Novais fez um traçado historiográfico que buscou, antes de qualquer conclusão, entender os mecanismos que compõem a estrutura econômica brasileira partindo não apenas da ação lusitana sobre seu país, mas principalmente da relação que Portugal mantinha com toda Europa e como moldara a forma de colonização brasileira. Para isto, o autor estuda o sistema de colonização e sua crise, inseridos na realidade mercantilista que norteia as relações europeias. Ao estudar o mundo colonial e suas peculiaridades, o pensador lança mão de uma análise sistemática sobre a metrópole portuguesa com um ângulo que busca ser globalizante e, ao mesmo tempo, preciso, começando pelas relações que os lusitanos traçaram com o restante do continente europeu na época moderna que resultaram na expansão colonial de cunho mercantilista. A partir de então, as relações entre Brasil e Portugal sempre estiveram pautadas sob estas categorias político-econômicas vividas na Europa no regime comercial.

III.1 A CRISE DO ANTIGO SISTEMA COLONIAL

Como historiador nato, Fernando Novais não se atém somente ao fato da colonização por si só, mas busca vasculhar suas estruturas e relações no contexto global, levando em conta as consequências para a posteridade:

“Nem toda colonização se processa, efetivamente, dentro dos quadros do sistema colonial” (NOVAIS, Fernando Antônio, Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808), p. 58).

A colonização imposta por Portugal assumiu moldes do sistema mercantilista, dado que este último é um período que faz a transição entre os Descobrimentos Marítimos e a Revolução Industrial, proporcionando acordos comerciais que vinculavam distintos países europeus na busca de acumulação de riqueza. O autor fala de uma “legislação comercial” que ditava os rumos das empresas colonizadoras, dando os moldes legais da comercialização nos mares europeus. Dado que o mercantilismo possuía como pano de fundo a ideia metalista (riqueza como acumulação de metal dentro do território nacional), Fernando Novais apresenta

³ Os parágrafos seguintes se baseiam largamente em Novais (2005 e 2011), salvo indicações em contrário e citaç

a ideia de um *colonialismo mercantilista* que ditava o ritmo da política econômica, onde a conquista de novas terras seria um fator crucial para aumentar a geração de lucros no processo econômico e assim adquirir vantagens frente às demais potências: “*O mercantilismo não é, efetivamente, uma política econômica que vise o bem-estar social, como se diria hoje; visa ao desenvolvimento nacional a todo custo*” (NOVAIS, 2011, p. 61).

No âmbito da política econômica contida nos pactos coloniais, identificaram-se algumas características essenciais que ditavam as relações entre metrópoles e colônias, tais como a obrigação das últimas em proporcionar às primeiras maior mercado para a negociação de seus produtos, dar ocupação aos artesãos da metrópole, etc.; em outras palavras, o objetivo era que as colônias servissem de fator de desenvolvimento das metrópoles fora do eixo das relações comerciais diretas existentes na Europa entre as mesmas, de sorte que a vulnerabilidade comercial fosse amenizada por este elemento. Assim, a metrópole se posiciona como centro das decisões político-econômicas e a colônia subordinada à mesma, apresentando resquícios do absolutismo, mas com vias a cumprir as normas do novo sistema em pauta: o mercantilismo; neste novo sistema que não apenas substitui o feudalismo, como também contraria sua base fundamental de poder descentralizado e economia agrícola de base servil, passa a ser expandido ao incorporar empresas com características tipicamente monopolistas, como a companhia das Índias Ocidentais, cujo modelo primava pela organização privada do comércio externo.

O autor identifica entre os períodos de feudalismo e do modo de produção propriamente capitalista um evento intermediário chamado *capitalismo mercantil*, que é um capital comercial envolto na circulação das mercadorias dentro da economia, fazendo com que ambos períodos ao mesmo tempo que solidificassem o Estado nacional, expandissem seus limites territoriais e comerciais com as navegações ultramarinas; porém, esta etapa não surgiu sem efeitos sociais negativos. A economia mercantil, fomentadora do desenvolvimento urbano, marca essa sociedade com a desigualdade nos locais onde o comércio é intenso com a primeira e segue traços feudais no que se refere à segunda. Assim, seu processo de desenvolvimento não é uniforme e muito menos pacífico, acarretando insurreições camponesas que se veem cada vez mais prejudicadas com a nova ordem social. É nesta tensão que se projeta a formação dos Estados nacionais como resposta à crise, dando um novo panorama de estabilização internamente com a formação das monarquias absolutistas.

É neste contexto que alguns países europeus se aventuram na procura de novas rotas marítimas, ao mesmo tempo que buscam o fortalecimento de seus Estados, centralizando-os e

fortificando-os. Evidentemente, a exploração ultramarina tinha altos custos e a acumulação de capital nesta época era baixa; para conseguir tal façanha e superar as dificuldades financeiras, apenas as nações que se organizassem de forma a superar a crise europeia poderiam lograr êxito. Assim, Portugal, Espanha, Inglaterra, Países Baixos e França buscam organizar-se internamente como Estados centralizados e unitários para lançarem-se na empreitada do descobrimento de novas rotas ultramarinas desconhecidas. Neste sentido, a colonização aparece como: “*um desdobramento da expansão puramente comercial*” (NOVAIS, 2011, p. 67).

É neste espírito que as colônias seriam moldadas política e economicamente. Evidentemente, o mercantilismo – ao mesmo tempo que fomenta o comércio externo em prol dos bens internos e uma forte intervenção estatal na economia – traz consigo efeitos colaterais que são próprios de sua natureza e se tornam um percalço em seu sucesso, tais como as tensões entre as diversas nações concorrentes, o contrabando, etc.; outra consequência está relacionada a economias de periferia que são exploradas pelas potências metropolitanas que usufruem dos bens das mesmas, ficando com o lucro comercial e redistribuindo-os conforme interesse da Coroa ou da burguesia mercantil.

A transformação de uma sociedade completamente primitiva em um organismo produtor de bens para o atendimento da metrópole era uma tarefa complexa, principalmente tendo em vista que este período inicial de transição do feudalismo para o capitalismo na Europa configurava grandes transformações também no *velho continente*. Nas novas terras, o desafio de ocupar e povoar nos moldes da economia europeia dita o ritmo do que se deseja para a colônia, apresentando natureza primordialmente comercial em atenção às demandas da metrópole, dando sentido à colonização. Com a configuração de uma sociedade pensada para a produção e circulação de bens econômicos, alguns fatores surgem como imprescindíveis em tal empreitada: divisão do trabalho, acumulação de capital, especialização da produção, etc., promovidos e executados por um Estado unitário centralizado; uma burguesia mercantil vai tomando seu espaço, desgarrando-se do sistema feudal que acabara de ser superado pelo mercantilismo mas que ainda deixava rastros por toda a Europa, contaminando por conseguinte as colônias.

A colonização, enquanto fenômeno europeu vinculado ao mercantilismo, não se deu de maneira uniforme; ao contrário, devido a distintos fatores, alguns locais passaram por diferentes processos que acabaram por fazê-los trilhar outros rumos. No caso da Nova Inglaterra, o mercantilismo não foi um fator determinante em sua constituição, mas sim a

influência de crises político-religiosas que a metrópole passava e que determinaram as formas das colônias de povoamento que ficaram à margem do sistema, onde há o predomínio da pequena propriedade e do consumo do que nela se produz. De outro lado, as colônias de exploração – típicas de Espanha e Portugal – se encontram em função do mercado externo para atender às demandas da metrópole, valendo-se da mão-de-obra escrava para fazer funcionar as grandes propriedades. Assim, o autor consegue encontrar as distintas conexões existentes no mecanismo do sistema colonial, com base nas economias das grandes potências europeias, chegando ao *sentido da colonização* em suas peculiaridades.

De acordo com Fernando Novais, o antigo sistema colonial foi baseado na relação entre metrópole e colônia, por meio de pactos coloniais que beneficiavam os primeiros em detrimento dos últimos com fins à exploração de recursos naturais para alimentar atividades comerciais em prol de Portugal, no caso brasileiro. Esse comércio externo, num primeiro momento, estimulando investimentos internos à colônia para que fosse fomentado, e, posteriormente, sendo enquadrado dentro de um sistema de monopólio exclusivo que beneficiou apenas a Coroa portuguesa e mergulhou a colônia em uma economia de subsistência que trouxe consigo vários desdobramentos, dentre os quais a mão-de-obra escrava e seu comércio.

III.2 O MONOPÓLIO COLONIAL

O antigo sistema colonial mercantilista tinha seu funcionamento baseado no regime de comércio entre a metrópole e a colônia, com vistas à acumulação de capital, formando assim o *monopólio colonial* que compõe o processo de ajuste da economia capitalista integral nascente à expansão da ação colonizadora; desta forma, a colonização tem seu sentido atrelado ao capitalismo mercantil, significando a produção de mercadorias para a Europa. O efeito no campo político, por sua parte, deu-se na construção e afirmação do Estado forte – absolutismo – com a sociedade estamental, que poderia de maneira mais eficiente utilizar sua unidade na luta contra as crises sociais concomitantes.

O mercantilismo, em sua forma embrionária, está intimamente relacionado à exploração ultramarina, pois a descoberta de novas terras e novos caminhos para o Oriente se fazia necessário devido à restrição que sofriam tanto alfandegária (por parte dos comerciantes da Península Itálica) quanto ao uso das rotas (por parte dos holandeses); assim, Portugal

lança-se em expedições e chega às ilhas atlânticas (Madeira, Açores, etc). Ao pisarem em solo americano, os colonizadores portugueses iniciaram suas atividades de maneira semelhante às das ilhas conquistadas: comercialização de madeira – pau-brasil – num ritmo predatório que em poucos anos praticamente dizimou o produto. Ao iniciar o período do cultivo da cana-de-açúcar, os lusitanos tiveram que recorrer ao capital particular por meio das capitânicas hereditárias, tendo em vista os poucos recursos que o Estado detinha. Particularmente neste caso, Fernando Novais faz uma ressalva a respeito da falta de comprovação do uso de capitais externos conforme afirmara Celso Furtado:

“Nem é de desprezar a hipótese de Celso Furtado de que nessa fase árdua se tivesse que recorrer ao capital externo, sobretudo flamengo, já francamente envolvido nos negócios do açúcar na Europa, embora os estudos monográficos ainda não tenham comprovado esta afirmação” (NOVAIS, 2011, p. 70).

Corre paralelo ao mercantilismo e sua empreitada ultramarina uma forma política capaz de dar estrutura ao sistema para seu sucesso: o Absolutismo. Com a proposta de um Estado Centralizado e unitário, o desenvolvimento da política mercantil se torna legitimado e incentivado, dado que a necessidade de superação do feudalismo ainda pairava com seus resquícios por meio da fragmentação política que desagregava as nações e fragilizava o poder do Estado através das tensões sociais existentes; somado a isto está o êxito para que a expansão comercial fosse possível, passada pelo árduo caminho da acumulação de capitais para investimentos caros que não se fariam possíveis em uma sociedade desagregada em sua estrutura político-econômica.

Quando Portugal decide utilizar o sistema de capitânicas hereditárias para povoar o Brasil a partir de 1532 – sistema este já utilizado nas Ilhas de Açores, Madeira, Cabo Verde, etc. – a metrópole parece deixar claro que não possuía condições financeiras para arcar com os custos de uma colonização e acaba por confiar tal missão a particulares; acontece que tais “particulares”, chamados *capitães donatários*, que se interessavam pela empreitada, não eram parte da alta nobreza europeia e muito menos possuíam dinheiro suficiente para financiar a ocupação, demonstrando o quão pouco atrativa era a colônia economicamente. Para que as capitânicas ganhassem visibilidade e interessassem a alguém, o Governo dava aos donatários amplos poderes que conferiam independência para promover o povoamento e desenvolvimento da colônia; porém, toda conjuntura criada para incentivar o investimento na colônia portuguesa não foi suficiente e apenas a capitania de Pernambuco foi bem-sucedida, com a de São Vicente sendo temporariamente exitosa, provando que o elevado nível de

investimento – além da imensa distância com relação à metrópole – foram fatores que malograram a etapa inicial da colonização aos moldes mercantis da Coroa portuguesa.

Com o rápido fracasso das capitâneas hereditárias já na metade do século XVI, Portugal precisava de um outro instrumento que justificasse sua presença nas terras conquistadas, criando o Regimento Tomé de Sousa em 1548 que viria a centralizar os aspectos administrativos e políticos da colônia ao mesmo tempo que não prejudicasse o regime de capitâneas adotado anteriormente. O regime das capitâneas ainda passaria por algumas modificações até sua total extinção na segunda metade do século XVIII, como a transformação da capitania da Bahia em sede do governo-geral, que aos poucos buscava incorporar novas capitâneas com o objetivo de acabar com os acordos jurídicos que anteriormente davam grandes poderes aos donatários daquelas terras. Surgia assim uma tentativa centralizadora por parte da metrópole, mas que também fracassaria devido à própria natureza comercial-exportadora da colonização que visava o mercado externo, não sendo possível o comércio inter-regional pelas condições precárias que inviabilizavam essa comunicação, tendo como resultado o fortalecimento dos grandes proprietários locais; dessa forma, é possível deduzir que todo esforço de produção e comercialização se canaliza para uma única direção: o mercado metropolitano, que é o coração do sistema colonial e por ele todas as engrenagens se movem para ser alimentado com a exploração das terras conquistadas.

Se a Espanha obteve a “sorte” de encontrar metais preciosos logo na primeira etapa de colonização americana e daí condicionou toda sua estratégia que garantia a legitimação da ocupação das terras, Portugal, por sua vez, foi obrigado a recorrer à agricultura para não perder suas posses coloniais. Com as sesmarias que foram incorporadas pelas capitâneas hereditárias, as mesmas tinham como objetivo primário a produção agrária em no máximo cinco anos sob pena de multa e perda das terras, forçando assim a valorização econômica das mesmas. Com a experiência açucareira adquirida e aplicada nas ilhas atlânticas, os colonos partem para o cultivo da cana-de-açúcar – além de artigos para a própria subsistência – e assim o *engenho* torna-se marco das propriedades locais; tais engenhos eram compostos do local de residência do senhor deste engenho, da habitação dos escravos (senzala) e também serviam como destilarias. Dentro dos diferentes estilos que se formaram de conduzir estas terras particulares, pode-se destacar duas maneiras na relação traçada entre os senhores de engenho e os trabalhadores da terra; por um lado havia o sistema de meação – que eram terras cedidas para que os trabalhadores cultivassem a cana-de-açúcar e recebessem metade de sua

produção –, por outro havia os lavradores livres que possuíam suas próprias terras mas se viam obrigados, por questões financeiras, de não poder arcar com a construção de seu próprio engenho, a moer sua cana com os senhores de engenho, entregando como pagamento pelo serviço metade do açúcar que produziram.

É por meio de cultivo extensivo que a agricultura da cana-de-açúcar se desenvolve, tendo como eixo a incorporação de novas terras e a pouca exigência de tecnologia; sendo assim, a dependência de estímulos externos era o ponto fraco da mesma, totalmente dependente do mercado europeu que ditava o ritmo inclusive da agricultura de subsistência: enquanto a Europa demandava mais açúcar, as terras se voltavam todas para o fornecimento deste produto, abrindo mão até mesmo da agricultura de subsistências nestes períodos. O setor de subsistência, por sua vez, tinha como principal produto para a alimentação a mandioca e assim passou a fornecê-la para as comunidades do engenho. Por sua vez, o gado chega como força para o transporte de lenha e, graças ao aumento do rebanho, passar a fazer parte da alimentação dos habitantes da colônia; com o passar do tempo, a pecuária tornou-se uma atividade que independia do engenho, penetrando no sertão nordestino e fazendo com que o processo de colonização fosse interiorizado.

III.3 CONSTITUIÇÃO DO ESCRAVISMO COLONIAL

Fernando Novais, antes de apresentar os impactos da colonização na formação da sociedade brasileira – de forma especial a escravidão – busca entender com que *espírito* chegaram os primeiros colonos aqui, quais mecanismos os mesmos estavam sujeitos no Velho Mundo, e quais as ferramentas que fatalmente usariam para dar seguimento à empreitada proposta. O capitalismo comercial, que daria o norte da colonização americana, trouxe consigo três grandes desafios: como ocupar estas terras, como povoá-las e de que forma se daria a valorização das mesmas; no fundo, as preocupações citadas faziam parte de um único movimento tipicamente capitalista: a aceleração da acumulação de capitais. Diante disto, era preciso optar pela produção de gêneros que atendessem às demandas europeias e que fosse possível seu cultivo nesta zona de clima temperado, tais como o tabaco, o anil, o cacau e, principalmente, o açúcar. Evidentemente, a esperança de encontrar metais preciosos no Brasil seguia como prioridade número um, mas isto não aconteceu tão rapidamente como sucedeu com os espanhóis. A necessidade de constituir uma empresa agrícola com fins comerciais, no princípio, não era apenas um empreendimento voltado ao lucro e seus interesses, mas também

às iminentes ameaças que franceses, ingleses e holandeses vinham apresentando, de sorte que a colonização teve traços políticos desde o início.

Com o estabelecimento da colonização lusitana no Brasil, a agricultura – de maneira mais intensa a açucareira desde o início do século XVI – passa a fazer parte dos planos político-econômicos da Coroa portuguesa de incentivo às capitanias hereditárias para que se abasteçam de donatários responsáveis pela fabricação e manutenção de engenhos de água e moendas. Como todo sistema produtivo que busca funcionar em grande escala para atender a grandes demandas – neste caso, as do comércio ultramarino exigido pela Europa – o ritmo e a definição de conjunto da produção são os itens que determinariam a extensão da produção colonial, tendo inclusive uma grande flexibilidade quando a procura do mercado europeu desaquecia, voltando-se para comercialização de produtos de subsistência. Assim, essa fase do capitalismo comercial europeu vincula a expansão colonial com o ritmo de seu crescimento, de modo que as colônias nada mais são que setores produtivos especializados com vistas ao abastecimento de mercados consumidores alheios à suas próprias realidades; organizada de forma a ajudar na acumulação primitiva de capital, a colonização tem seus moldes favoráveis à participação da burguesia comercial na formação da sociedade político-econômica das colônias. Ora, dada uma organização que buscara atender a esses objetivos mercantis, não restava outra forma de trabalho compulsório senão a escravidão, fazendo com que a mesma renascesse na contramão da tendência europeia da promoção ao trabalho livre: *“não bastava produzir os produtos com procura crescente nos mercados europeus, era indispensável produzi-los de modo a que a sua comercialização promovesse estímulos à acumulação burguesa nas economias europeias.”* (NOVAIS, 2011, p. 97).

Com a sociedade portuguesa ainda estamental no século XVI, os colonos aqui chegaram com este modelo e aqui pretendiam implementá-lo, com a divisão entre nobres e plebeus. A cultura e as tradições trazidas pelos portugueses eram circundadas pela fé, manifestada nos ditames da Igreja e seu clero, que tinha como uma de suas normas mais severas o combate à cobiça, tido como vício grave e prejudicial à cristandade. Evidentemente, um empreendimento comercial como foi a colonização necessitava estar revestido de significado aparentemente religioso para que de fato pudesse ser aceito e propagado, e assim Portugal o fez ao deixar registrado nas cartas redigidas pela Coroa que a principal intenção da colonização era a salvação das almas e a exaltação da fé católica. É certo que o interesse de cristianizar as novas terras era um desejo verídico de Portugal, tanto que os jesuítas vieram para o Brasil em missão; porém, ao se depararem com a escravização indiscriminada dos

indígenas, os religiosos entraram em conflito com os povoadores, dado que a mesma tinha como objetivo o lucro (intimamente relacionado à cobiça).

Toda a situação envolvendo a problemática escravização indígena levou Portugal a substituir o índio pelo africano, recorrendo ao tráfico negreiro – prática já adotada pelos lusitanos desde a metade do século XV em outras colônias – e que na verdade solucionou dois problemas: retirar o argumento religioso contra a escravidão defendido pelos jesuítas e trazer mão-de-obra de maior qualidade (o negro estava mais acostumado ao ritmo de trabalho que o indígena); neste mercado, os portugueses de origem judaica se destacavam. Entre os anos de 1580 e 1590 Pernambuco e Bahia somavam 14 mil escravos africanos; no século XVIII, este número chegava a mais de 1,8 milhão de pessoas escravizadas. Segundo Fernando Novais, algumas características essenciais tornam o escravismo colonial distinto do greco-romano, tal como sua direção visando o mercado e lucro; assim sendo, a escravidão toma forma de escravismo, fazendo parte de um sistema mercantil que dita os moldes nos quais se estrutura a sociedade: o senhor de engenho, o burguês e o escravo, agora comercializado por uma burguesia metropolitana. Daí nasce a dupla face do escravismo colonial: de um lado a exploração escravista que os senhores de engenho impõem sobre os escravos e, de outro, a riqueza gerada por esta atividade passava pelas mãos da burguesia mercantil metropolitana e do Estado.

III.4 O “EXCLUSIVO” METROPOLITANO DO COMÉRCIO COLONIAL

Como centro do sistema de colonização mercantilista encontrava-se o “exclusivo” metropolitano, que era o instrumento de funcionamento do regime comercial mercantilista; trata-se de uma reserva de mercado que as metrópoles impunham sobre as colônias, da qual a burguesia se apropriava para a geração de seus lucros excedentes totalmente extraídos dos colonizados. Esta reserva implicava na restrição exclusiva da compra de gêneros produzidos na colônia pelos burgueses da metrópole – constituindo um monopólio de compra – tendo como consequência os preços reduzidos ao nível do custo da produção. Uma vez adquirida as mercadorias a um montante financeiro mínimo, as mesmas eram revendidas pelos comerciantes à metrópole pelo preço comercial mais alto possível; assim, o lucro se dava por duas vias: tanto pela compra dos produtos quanto pela venda. Esse mecanismo permitia que a riqueza tivesse dois destinatários que não fossem a própria colônia: por um lado se dava a transferência de renda da colônia para a metrópole e, por outro, a burguesia que concentrava

cada vez mais capitais nas mãos da classe empresária mercantil, totalizando assim o circuito financeiro que era gerado pela colônia, mas que não era aproveitado pela mesma.

A concorrência – vista como característica do capitalismo que viria apossar-se por completo da estrutura econômica futuramente – não está presente nestes primeiros momentos, ainda que a avidez pelo lucro seja traço marcante na burguesia mercantil, gozando de acumulação primitiva de capitais. Foi o modo de ser do mercantilismo que regulou a relação comercial entre Portugal e Brasil, deixando a colônia privada de liberdade comercial e, automaticamente, refém dos comerciantes portugueses pois os mesmos eram detentores do monopólio do comércio seja na entrada ou na saída da colônia; por conseguinte, esta burguesia impunha seus preços tanto naquilo que queriam pagar pelo açúcar quanto no que vendiam de manufaturados para a população. Diante deste quadro, a classe burguesa ganhava dinheiro em transações nas quais compravam o açúcar a um preço baixo na colônia e o revendia na Europa a preços de mercado.

Sendo assim, Fernando Novais vinculou o sentido da colonização à ideia de desenvolvimento do capitalismo nascente na Europa, contestando a teoria de que o domínio das terras americanas consistia em um movimento voltado apenas para a ocupação e organização das atividades econômicas; dessa maneira, o capitalismo comercial e a política mercantilista foram elementos essenciais na formação da sociedade brasileira no período colonial, completamente voltada ao mercado externo e proporcionando à burguesia a acumulação primitiva de capital, com especial ênfase ao escravismo enquanto ferramenta primordial na engrenagem do sistema capitalista, resultando no subdesenvolvimento que o Brasil foi inserido por meio da economia de subsistência.

CONCLUSÃO

Uma vez apresentada a perspectiva dos três pensadores após uma análise histórico-político-econômica, é possível observar o confluir de suas teorias, em linhas gerais, a um ponto em comum: o capitalismo como o sentido da colonização, sendo esta um capítulo da história do comércio europeu. Evidentemente, há algumas diferenças substanciais em suas teorias – como, por exemplo, na questão escravista, na qual se constitui elemento central para Fernando Novais, mas não para Caio Prado Júnior –, porém em muitos outros pontos fundamentais há uma convergência notável que torna possível determinar, com uma margem de segurança satisfatória, a conclusão proposta pelo presente trabalho: a economia brasileira como parte de uma engrenagem da projeção da economia comercial europeia do século XVI que se projetava para fora do próprio continente.

Partindo da teoria do capitalismo como um sistema econômico globalizado que sofreu diversas transformações ao longo de sua história, temos o período do século XVI ao XVIII – chamado “Capitalismo Comercial” – no qual a burguesia mercantil utiliza-se das grandes navegações para expandir sua riqueza fora da Europa e dar início ao ciclo de exploração predatória em prol da caça aos lucros e, conseqüentemente, fomento da desigualdade social. Posteriormente, surge o Capitalismo Industrial ao fim do século XVIII que trará um novo sistema de produção vinculado a baixos salários. Por fim, surge o Capitalismo Monopolista de cunho financeiro já no século XX. Fernando Novais, indo além de Caio Prado Júnior em alguns pontos, chega a atribuir o êxito da Revolução Industrial inglesa à acumulação primitiva de capital que a mesma fizera ao ter como principal subordinado nas relações comerciais monopólicas Portugal; o comércio de bens tropicais que ambos os países firmaram baseados em acordos de proteção, proporcionou em larga escala que tal façanha pudesse acontecer. É neste contexto capitalista que a colonização é ditada e por ele se configura toda problemática política, econômica e social de que trata nossos autores.

A existência de uma espécie de “organismo econômico” cujo objetivo era o abastecimento de gêneros tropicais e de metais preciosos com vistas ao mercado europeu é o motor de circulação comercial projetado para atender às demandas do mercado externo e que transformou o Brasil em uma sociedade volátil, completamente dependente do sistema econômico vigente na Europa, perdendo sua autonomia e, conseqüentemente, a capacidade de gestão da própria riqueza aqui gerada. Com a base econômica em uma monocultura de exportação fixada em grandes latifúndios e mão-de-obra escrava-assalariada, a renda gerada internamente se concentra no litoral do país, de maneira particular nas regiões Sul e Sudeste,

deixando à margem as outras regiões geograficamente não interessantes dentro deste sistema. Assim, a grande concentração de renda monetária em mãos da elite geograficamente posicionada, conforme dito anteriormente, fez com que o país tomasse os presentes contornos geoeconômicos que tornam discrepantes, por exemplo, as diferenças entre as regiões Sudeste e Nordeste.

O sistema capitalista proporcionou o aparecimento de dois tipos de produção com vistas ao abastecimento do mercado exterior que se tornaram fundamentais para explicar o retrato do Brasil na visão de nossos três pensadores: uma primeira produção voltada para exportação, com predomínio de latifúndios e a presença predominante de escravos; e uma segunda, necessária à subsistência, que abastecia internamente o país por meio de propriedades rurais menores, cujos trabalhadores livres eram os cultivadores ou, em alguns casos, uma grande lavoura com vistas à exportação que buscava a autossuficiência na produção de gêneros de subsistência. Celso Furtado, baseado nas teorias keynesianas e em acordo com os outros dois autores, procura demonstrar que todo atraso no desenvolvimento econômico no Brasil está pautado na dinâmica agrário-exportadora orientada para o mercado externo e usuária de trabalho escravo; segundo ele, a produção extensiva de produtos agrícolas que encontram abundantes terras e mão-de-obra escrava acabou por impor limites ao progresso técnico, somados à baixa concentração de renda monetária que só teria sua situação melhorada a partir do século XIX ao surgir o trabalho assalariado. Tudo isto pôs freios ao desenvolvimento de um mercado interno nacional que poderia trazer dinâmica à economia colonial, mas que só fez aumentar as desigualdades sociais e regionais.

A fragilidade da colônia ante os ciclos econômicos característicos do capitalismo também foi tema dos três pensadores estudados no presente trabalho. Flutuações econômicas se deram de forma que o mercado internacional acabou por ditar os preços dos produtos agrícolas; para escapar das crises e sobreviver à volatilidade do sistema, nos períodos de baixa dos preços no mercado exterior, parte da mão-de-obra era deslocada para a produção de produtos de subsistência, dado que os gastos com insumos e mão-de-obra era relativamente baixo e tornava possível sobreviver aos choques externos com certa margem de segurança durante os períodos de baixa internacional. A indústria açucareira, por exemplo, apesar de possuir elevada especialização em sua produção, possuía despesas com seus fatores de produção significando muito pouco; uma rígida estrutura e forte resistência a crises marcou o ciclo da cana-de-açúcar. Assim, o ritmo de transferência dos recursos gerados na colônia para a metrópole – por meio de monopólios comerciais de gêneros tropicais – foi fonte de

acumulação primitiva de capital e motivou, cada vez mais, a que permanecesse o mínimo necessário na economia local em prol dos ganhos exorbitantes dos burgueses que abasteciam a Europa de produtos aqui produzidos.

Sendo assim, conclui-se que o verdadeiro sentido da colonização – de maneira particular a brasileira – nunca foi vinculada à questão do povoamento, como aconteceu nos trópicos setentrionais; ao contrário, o Brasil tem toda sua história marcada por ser peça fundamental na estrutura do capitalismo europeu, sustentando-os por meio da exploração em diversas vias: fornecimento de matérias primas, bens de consumo, baixos salários, escravidão, etc.; os ciclos que aqui se formaram (açúcar, ouro, etc.) sempre estiveram à mercê dos interesses da metrópole, intermediados pela burguesia, fazendo com que os necessários investimentos internos para que qualquer nação pudesse prosperar jamais acontecessem, imergindo, assim, o país num completo ambiente de subdesenvolvimento que tardou centenas de anos para ser superado, deixando marcas profundas até os dias atuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREITAS FILHO, Almir Pita. A historiografia sobre a formação econômica do Brasil e a problemática do modo de produção escravista colonial: notas de aula. Texto Didático nº 35, IE-UFRJ, fev. 1988.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 (1ª edição: 1959).

_____. A Fantasia Organizada. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra (1ª edição: 1985).

_____. Economia Colonial do Brasil nos Séculos XVI e XVII. São Paulo: Hucitec, 2001.

NOVAIS, Fernando Antônio. Aproximações: estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

_____. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2011 (1ª edição: 1979).

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000 (1ª edição: 1942).

_____. História Econômica do Brasil. São Paulo: Círculo do Livro, 1986 (1ª edição: 1945).

REGO, Rubem Murilo Leão. Sentimentos do Brasil: Caio Prado Júnior: – Continuidades e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.